



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 9ª REUNIÃO DA CPI DA MANIPULAÇÃO DE JOGOS E APOSTAS ESPORTIVAS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2024, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e hum minuto do dia seis de junho de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas com a presença dos Senadores Romário, Eduardo Girão, Otto Alencar, Carlos Portinho e Efraim Filho, e ainda dos Senadores Eliziane Gama e Wellington Fagundes, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Sérgio Petecão, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar e Styvenson Valentim. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às treze horas e dois minutos e reaberta às treze horas e seis minutos, de forma secreta. Passa-se à apreciação da pauta: **Oitiva de Hélio Santos Menezes Junior e Wilson Luiz Seneme. Finalidade:** Depoimentos previstos pelos Requerimentos n. 39 e 40/2024-CPMIMJAE. Oitiva do Hélio Santos Menezes Junior, Diretor de Governança e Conformidade da CBF, em atendimento ao requerimento 39/2024; do Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, em atendimento ao requerimento 40/2024. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorge Kajuru

Presidente da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2024/06/06>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, o roteiro desta reunião de 6 de junho de 2024, iniciando com o desejo de Deus e saúde a todos e a todas presentes e àqueles que nos acompanham no YouTube, pelo grupo Senado, e pelas emissoras TV Meio, Rede Novabrazil FM e BandNews 90,7 FM...

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 9ª Reunião da CPI da Manipulação de Jogos e Apostas Esportivas, criada pelo RQS 158, de 2024, para apurar, no prazo de 180 dias, fatos relacionados às denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro, envolvendo jogadores, árbitros, auxiliares, dirigentes e empresas de apostas, ou seja, corruptores e corruptos. (*Pausa.*)

A presente reunião se destina ao depoimento, como convidados, dos Srs. Hélio Santos Menezes Júnior e Wilson Luiz Seneme, nos termos dos Requerimentos de nº 39, de 2024, e também o de nº 40, de 2024, respectivamente.

Respeitosamente, vamos ouvi-los aqui. Depois, teremos, em outra sala, uma reunião, à parte, com imagens especialmente em relação ao VAR, onde também vamos conversar com os dois dirigentes da Confederação Brasileira de Futebol.

E, dando início à nossa reunião, convido a tomarem assento à mesa o Sr. Hélio Santos Menezes Júnior, Diretor de Governança e Conformidade da CBF; e o Sr. Wilson Luiz Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF. (*Pausa.*)

Bem, de forma bem objetiva, eu queria fazer um desafio a todos e todas que acompanham as nossas reuniões, especialmente o meu amigo e irmão, pelo qual tenho o maior respeito desde o campo e especialmente hoje na vida pública, Romário de Souza Faria, e é um desafio para que alguém diga se eu como Presidente desta CPI tratei de forma diferente os Presidentes: o CEO do Botafogo, John Textor, e a Leila Pereira, do Palmeiras. Tive o mesmo respeito com os dois, fiz as perguntas que tinha que fazer; do mesmo modo, o Relator Romário e os demais membros desta CPI.

Portanto, eu não vou entrar em polêmica sobre o que me quis ofender o Sr. John Textor. Ele, na verdade, não consegue concordar comigo quando eu digo que, se ele não provar absolutamente nada, ele tem que ser banido do futebol brasileiro e expulso do país, por toda a bagunça que está criando. Ponto um.

Como ele disse em uma videoconferência comigo, com os dois advogados, e os dois advogados sabem que eu tenho essa videoconferência, ele fez um pedido que eu parasse de falar esta palavra "banimento". Eu respondi a ele: "O senhor não é meu padrão; eu respeito a sua opinião, mas vou continuar com a minha, até porque ela não é só minha, ela é de muitos membros da CPI da manipulação de jogos de futebol".

E a outra situação que eu ainda não revelei – e aqui hoje trago a público – e da qual o Relator Romário tomou conhecimento quando eu fiz questão de colocar os demais membros da CPI a par: eu não entendi



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa videoconferência quando ele e seus dois advogados prometeram a mim, só a mim, novas e gravíssimas provas. Eu disse: "A mim não tem jeito, eu vou mostrar a todos. Eu não posso responder sozinho, eu tenho membros e tenho um Relator o qual o Brasil inteiro sabe do respeito que tenho por ele". Ele disse: "Não, inclusive, Senador, eu vou lhe dar um presente". Eu falei: "Qual?". "Essas novas provas, muitas delas você poderá dar publicidade a elas, apresentar à imprensa" – e aqui deve ter algum jornalista, porque uns quatro conversaram comigo e eu prometi que entregaria a eles. Duas semanas depois... Ele disse que no dia seguinte enviaria a mim. Duas semanas depois, eis que ele manda para toda a Comissão, para mim e toda a Comissão, conforme eu havia pedido, mas muda aquela promessa de duas semanas atrás, qual seja: "Não pode revelar à imprensa, tem que manter em sigilo". E os nossos advogados e muitos Senadores viram essas novas provas e nada apareceu de concreto, de forma cabal, de forma irrefutável – perfeito? Então, eu lamento que ele tenha tido essa atitude.

E, por fim, quanto aos dois minutos de fama que ele falou que eu tive, eu queria dizer a ele que eu não tenho dois minutos de fama; eu tenho 50 anos de fama de carreira nacional na televisão brasileira, só com nove Copas do Mundo transmitidas e 22 Olimpíadas e mais 16 taças Libertadores da América. Então, eu não preciso de fama de forma alguma. Tratarei aqui todos com o mesmo respeito. Agora, querer se fazer de vítima para achar que todo mundo está contra o Sr. John Textor? Ele agora vai querer dizer que a CPI também está? Nós não estamos contra ninguém. Nós só queremos a verdade. E, ele trazendo verdade, nós vamos aqui discutir.

De tudo que ele trouxe, somente teve um lance que ele mostrou para nós e que nós vamos conversar aqui hoje na reunião à parte, principalmente, com o respeitado Sr. Wilson Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem, porque há uma discussão entre os colegas. Eu, por falta de visão, os companheiros membros... "Kajuru, aqui há uma prova de que o VAR editou esse lance." Então, é algo que nós precisamos discutir. Foi a única coisa que ele trouxe que nos levou, em função da opinião dos membros, que têm melhor visão do que eu, como uma prova, porque realmente dá a impressão nítida de que houve uma edição do VAR em um jogo do Vasco contra o Palmeiras.

Dito isso, eu cedo a palavra, com todo direito, inicialmente ao Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, Wilson Seneme, para sua explanação especial e inicial, no tempo de dez minutos – mas é claro que tolerarei, caso o senhor queira falar um pouco mais, Sr. Wilson.

Fique à vontade. Muito obrigado pela sua presença.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Muito obrigado.

Bom dia a todos os presentes. Obrigado pelo convite.

É importante essa transparência, que a gente possa ser ouvido. É uma oportunidade única. Então, fica aqui o meu agradecimento. Assim como, no ano passado, eu estive presente, eu retorno absolutamente à



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disposição para o que for necessário, para a gente conduzir bem a CPI e o futebol brasileiro. Agradeço o convite ao Senador Kajuru, ao Senador Romário, aqui presente, e a todos os presentes.

Também quero pedir autorização, Presidente, para agradecer a presença do grupo de árbitros da CBF aqui de Brasília, do Distrito Federal, da federação aqui do Distrito Federal, agradecer a presença deles pela iniciativa.

Eu tenho uma apresentação a fazer, Presidente, que talvez ultrapasse dez minutos. Se for o caso e for permitido pôr para mim, eu talvez ultrapasse um pouquinho, está bom? *(Pausa.)*

É importante, já iniciando a minha apresentação... que, na verdade, são muitos tópicos, muitos temas de arbitragem que eu teria e poderia colocar nessa apresentação, mas eu preferi dar três nomes, três tópicos, que eu entendo que, no quesito manipulação de resultados e casas de aposta, são muito importantes, que é a prevenção, quais as ferramentas de prevenção, de controle e de transparência que a Comissão de Arbitragem tem criado e desenvolvido ao longo desses dois anos, inclusive com as experiências vividas aqui no Senado, e a gente pode demonstrar que existem hoje ferramentas sendo colocadas em prática pela Comissão de Arbitragem nacional, onde há um controle rigoroso do grupo de árbitros da Senaf, que é a Seleção de Árbitros Nacional.

Podemos avançar, por favor? Falando de prevenção, que é a primeira parte da...

Eu incluí ontem, pedi pro Alício, meu companheiro, incluir ontem essa foto, porque ela é muito representativa, pelo que eu escutei ontem, na audiência de ontem, porque nós estamos tendo... Coincidentemente, hoje o Rio de Janeiro está sendo sede do seminário que discute a uniformização de critério do VAR. Esse seminário é um seminário da FIFA. A FIFA leva esse tipo de evento, de seminário, pra todos os continentes, Presidente. Então, o Brasil, a sede da CBF foi escolhida nas Américas, não só na América do Sul, como também pra membros da Conmebol e da Concacaf, todos os países, pra estarem aqui no Rio de Janeiro, e eles estão discutindo essa uniformização de critérios, que é uma preocupação da FIFA: como nós melhorarmos o critério pro VAR no mundo, o.k.? Então, essa é uma discussão da FIFA, que nós temos o orgulho de estar apoiando, a CBF tem o orgulho de estar apoiando – ontem e hoje, no Rio de Janeiro, tá?

Ferramentas de prevenção: o que eu quero colocar aqui é o que a Comissão de Arbitragem tem feito pra prevenir situações de eventuais manipulações de resultados dentro da arbitragem nacional, o.k.? Diretrizes da Comissão de Arbitragem: nós conquistamos o ISO 9001 pela organização, por como o departamento de arbitragem é conduzido, não é? Pelos seus regramentos, as suas leis internas, nós buscamos essa certificação internacional e nós obtivemos o ISO 9001, que é uma referência extremamente importante de organização, não é?

Esse ano de 2024, nós criamos um documento extremamente importante, que a gente identificou que não havia, que são das diretrizes técnicas, são protocolos. Te dou aqui, Presidente, dois exemplos. Por



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, quando havia chuva excessiva no jogo e o árbitro tinha que interromper a partida, não havia um protocolo, não é? E nós produzimos um protocolo e publicamos esse protocolo. Hoje, quando há um jogo com muita chuva, existe um protocolo a ser seguido, tá? E isso é uma organização muito importante para um jogo. O mesmo fato ocorre quando, por exemplo, cai a energia elétrica de um jogo. Existe um passo a passo que nós desenvolvemos, não é?

As reuniões gerais prévias a cada rodada, isso veio de encontro à necessidade de estarmos prevenindo os árbitros, semanalmente, que estão escalados.

Para se ter ideia, Presidente, nós designamos árbitros para aproximadamente, numa média, 90 jogos por semana, num total de aproximadamente 650 profissionais de arbitragem pelo Brasil todo. Então, nós criamos essa ferramenta de reuniões semanais virtuais com todos os designados para prevenção de detalhes importantes; como, por exemplo, no aeroporto, cuidado com o que você fala, cuidado com quem você fala; num restaurante, cuidado com o que você fala, cuidado com quem se apresenta; e num hotel, porque a gente sabe que são locais vulneráveis e que o árbitro não pode, às vezes, estar de maneira inocente desprevenido.

Hoje, Presidente, só para argumentar – e o Senador Romário sabe muito bem do que eu estou falando, do que é o bastidor antes de um jogo de futebol –, hoje, por exemplo, o árbitro, quando entra no campo, duas horas antes que ele chega, porque ele chega antes que todo mundo, e não tem ninguém, por exemplo, ele não pode mais entrar – para vistoriar o campo, as redes, as linhas –, ele não pode mais entrar acompanhado de ninguém. Antes sempre ia o senhor que cuida do gramado ou alguma pessoa, e isso pode representar perigo. Então, a gente só permite que entrem no campo de jogo os quatro árbitros que estão envolvidos no espetáculo.

Então, são ferramentas importantes, assim como os treinamentos e seminários. Os treinamentos e seminários que não havia... Em 2022, quando eu chego à CBF, Presidente Senador Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Kajuru.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Kajuru? Melhor ainda. Melhor ainda, Kajuru.

Quando eu chego, em 2022, eu sou contratado um dia antes de iniciar o Campeonato Brasileiro, um dia antes – o campeonato começava num sábado e eu cheguei numa sexta-feira –, eu identifiquei, Kajuru, que não havia pré-temporadas para árbitro, e que é um elemento extremamente importante que a FIFA determina que seja assim. A FIFA trabalha com isso. Então a gente implementou um sistema de treinamentos e seminários ao modo FIFA, como a FIFA determina, e isso é bastante importante.

Hoje em dia, e de acordo com tudo que tem ocorrido... Por isso que a gente eleva aqui a importância das CPIs, que é verdadeira, e contribui muito para nós da arbitragem, para nós da CBF desenvolvermos. Por isso que eu entendo que o melhor caminho entre CPI, o Governo, o Senado e CBF é a aproximação, é



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalharmos juntos para o futebol melhor. Eu acho que isso é muito importante, Kajuru: nós falarmos mais, nós conversarmos mais. E, através disso, por exemplo, a CBF criou esse ano a Unidade de Integridade, esteve aqui o Diretor de Integridade, o Gussem, que esteve aqui numa outra sessão.

E o que nós estamos conseguindo realizar hoje, Presidente? Quando a gente detecta um erro grave de arbitragem, esse árbitro entra para um programa de assistência ao desempenho do árbitro, coisa que não havia anteriormente. Hoje há um programa de assistência ao desempenho do árbitro, porque muito se dizia do famoso *freezer*: "Se o árbitro comete um erro grave, coloque ele no *freezer*". Isso é popular já no Brasil. Só que aí, você coloca ele no *freezer* e, quando ele sai do *freezer* congelado e descongela, ele é o mesmo árbitro; ele é o mesmo árbitro que cometeu o erro anterior.

Então, o que a gente precisa, assim, como um clube de futebol, quando um jogador, digamos, erra um pênalti, o que o jogador precisa fazer? Treinar repetidamente mais pênaltis, para ele poder melhorar o rendimento dele. Esse árbitro que cometeu uma falha, um erro, nós identificamos o erro e trabalhamos esse árbitro. Ele vai ficar afastado dos jogos, não parado, trabalhando, treinando...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Reciclando.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – ... reciclando para poder voltar em melhores condições do que ele estava. Isso é importante a gente destacar, porque não havia, o.k.?

Esse fato agora, com tudo que tem ocorrido de manipulação de resultados, nos alertou para quê? Têm que os departamentos estar unidos. Então, o Departamento de Integridade junto com o Departamento de Competições, e somo aqui o Departamento Jurídico da CBF, eles interagem. Se eu tenho, Kajuru, Romário, uma jogada que eu não consigo explicar tecnicamente, porque foi um erro, digamos, um erro grosseiro demais nos faz alertar e buscar uma interação, por exemplo, com a Unidade de Integridade, para que a gente vá até os relatórios do esporte radar, verificar...

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – ... se havia alguma alteração nisso. Já deram meus dez minutos? Posso continuar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Muito obrigado.

Então, hoje existe todo um sistema integrado para que a gente possa coibir isso. E mais, e mais: a Sportradar, nós estamos trabalhando para que isso ocorra, para que a gente possa antecipar a informação. Se eu, Presidente da Comissão, recebo uma informação antecipada, eu posso não escalar o árbitro. Ao invés de eu ter que trabalhar com algo que eventualmente saiu mal, eu posso antecipar e ser preventivo. Eu acho



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que esse trabalho que tem sido feito hoje é o que faz com que nós avancemos. E a Corregedoria de Arbitragem eu vou tocar um pouco mais adiante.

Pode seguir, por favor.

Aqui rapidamente, o processo de homologação de um árbitro, isso é importante. Nenhum árbitro entra no campo, nenhum árbitro do quadro nacional, os 712 árbitros do quadro nacional, nenhum deles entra no campo se ele não estiver homologado para o ano. Então ele passa por três avaliações físicas, três durante a temporada, uma avaliação técnica e teórica onde a nota mínima que ele tem que ter é 7,5. Se ele reprovar, ele tem que fazer um reteste. "Ah, ele não tirou 7,5, ele não pode apitar", mas não, ele vai ter uma outra oportunidade, porque não é justo ele perder uma temporada. Então a gente dá uma reavaliação para ele fazer: exames médicos, cardiológicos, oftalmológicos, teste de aptidão com elevado esforço.

A Corregedoria, esse é um ponto, porque ontem eu escutei o Senador Carlos Portinho e muito importantes as falas, e ele falou muito o que a CBF tem feito em termos de se organizar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. *Fora do microfone.*) – Canal de comunicação...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não só o canal de comunicação, mas que documentos ela tem exigido dos clubes, das pessoas, para se responsabilizar em relação a apostas.

E aqui, na sequência – podemos seguir, Alcício –, esse é um documento que é enviado às 27 federações, aos presidentes. Esse documento traz uma gama de documentos, de certidões que o árbitro tem que apresentar como negativas.

Pode... Está ampliando?

Essas certidões são extremamente importantes, como SPC, Serasa, cartório de protestos.

Um segundinho só para eu poder ler aqui. (*Pausa.*)

Vou dar alguns exemplos aqui, porque é importante isso, o.k.? Por exemplo, certidão negativa do cartório de protestos de títulos, certidão negativa dos cartórios de distribuição criminal, Justiça Estadual, certidão negativa de distribuição cível, Justiça Estadual, comprovante de escolaridade, certidão negativa do SP... do SPC e do Serasa.

Pode seguir, por favor.

Tem uma outra que também é muito importante, isso é da corregedoria de arbitragem. Existe uma corregedoria específica para a arbitragem. O Dr. Edson Rezende é o Corregedor, foi delegado federal por muitos anos, mora aqui em Brasília e é nosso amigo. Mando aqui um abraço para o Dr. Edson. E trabalha com a gente como Corregedor.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A declaração de integridade: essa declaração de integridade exige a assinatura do árbitro onde ele se compromete a não participar de apostas relacionadas com o futebol, nem pedir ou facilitar a terceiros que a realizem; não tolerar nem participar de nenhuma forma de manipulação de partidas; informar qualquer proposta ou ação que conduza ou possa conduzir à infração das legislações vigentes; bem assim cooperar com processos de investigação. O.k.? E aí nós vamos, e ele tem que assinar... assinar com o nome dele essa declaração.

Podemos seguir, por favor?

Isso faz com que o árbitro esteja antecipadamente vigiado. E até digo aqui, Kajuru, fica uma recomendação para clubes, federações: que criem essa estratégia de que os jogadores possam também não só assinar o seu contrato, mas que ele possa ter uma declaração como essa, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Inclusive, Presidente Seneme, teve um árbitro que recebeu proposta para beneficiar um time e, ao chegar ao Rio de Janeiro, ele acabou revelando tudo, desistiu de aceitar e foi até a CBF comunicar ao Presidente Ednaldo Rodrigues. Não sei se chegou até o senhor essa informação que eu obtive com exclusividade. E, assim que puder, a gente dará conhecimento a esse árbitro que tomou essa decisão. Ao chegar ao Rio de Janeiro, ele desistiu da proposta que ele tinha recebido.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Isto é muito importante: essa informação. O.k.? E nós, certamente... Eu acho que é a ponta de linha que nós temos que puxar – todos nós, todos nós. E a gente está à disposição a qualquer momento, para qualquer coisa, para a gente poder ajudar a esclarecer casos como esse. O.k.?

Portal do Árbitro é a vida do árbitro, ali ele tem todas as avaliações que ele faz.

Aqui nós já estamos falando de controle do árbitro.

Reuniões de devolutivas virtuais por equipe, que não havia. Hoje, o árbitro recebe vídeos do que ele fez bem e do que ele fez mal no jogo. Antes, ele não recebia. Hoje, ele sabe que, lá dentro do campo, quando ele estiver dentro do campo... Ele sabe que, depois do jogo, ele vai ter que explicar os vídeos bons e os vídeos a melhorar pra um assessor de árbitros.

Relatórios oficiais da arbitragem, o Radar. O Radar é a identificação, através de estatísticas, de como vem, de qual está sendo o problema, por exemplo, da arbitragem de uma maneira geral – o Radar. Ele consegue somar todos os relatórios e me dar, por exemplo: ah, os árbitros estão cometendo mais erros de situação de mãos, por exemplo. Então, essa ferramenta nos dá esse apoio, e a gente pode trabalhar com os árbitros mais o desenvolvimento pra eles melhorarem em situação de mãos.

Ouvidoria da Arbitragem. É importante dizer que a Ouvidoria da Arbitragem é diferente da Ouvidoria da CBF. A Ouvidoria da CBF recebe qualquer mensagem, de uma maneira geral, do torcedor, de qualquer



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pessoa. A Ouvidoria da Arbitragem é uma ouvidoria específica para federações e clubes. Digo: um clube se sente prejudicado – e aqui fica uma recomendação –, procurem-nos na Comissão de Arbitragem. A gente sabe que é difícil ali, no calor do jogo, pós-jogo, mas procurem a Comissão de Arbitragem, você vai ser recebido. Existe um fluxo de comunicação muito claro que a gente apresenta pros clubes e pras federações. E importante: a ouvidoria, Kajuru, é independente da Comissão de Arbitragem. Ela não é vinculada à Comissão de Arbitragem, a Ouvidoria é vinculada ao Presidente da CBF.

A Comissão de Ética. Casos de ética a gente encaminha para a ética.

E o Programa de Assistência ao Desempenho do Árbitro (Pada), que a gente já disse aqui que nada serve mandar um árbitro para o *freezer*, que, quando ele descongelar, ele vai ser o mesmo cara, errando do mesmo jeito. A gente tem que trabalhar esse árbitro.

São ferramentas de controle.

Aqui, dois exemplos. Um, à esquerda, é um relatório da ouvidoria. À direita, o Portal de Arbitragem, com o exemplo de um vídeo em que os árbitros estão numa devolutiva para acertos e erros. O.k.?

Pode seguir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Presidente, eu só vou fazer um pedido e peço a sua compreensão. Posso lhe permitir mais três minutos?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Só em função do tempo. Já chegamos a mais de 20 minutos.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mas está sendo proveitoso ouvi-lo.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – O.k. Muito obrigado pelos três minutos, Presidente.

Então, aqui, outras ferramentas de transparência. A transparência para nós é uma maneira de controle. Quando a gente fala que a gente fez, por exemplo, o Papo de Arbitragem, fui muito criticado por falar, parecendo que eu estou querendo me destacar, e não é isso! É tentar dar ao público uma informação que eu entendo que é técnica, e ela é necessária.

Conteúdos no *site* da CBF. Estão lá. Às vezes a gente escuta um técnico, um presidente, uma pessoa: "Ah, eu não sei como o árbitro interpreta". Estão lá os vídeos didáticos, a relação dos árbitros, os termos do calendário, as escalas, que foi outro assunto em que aqui foi tocado, dos critérios das escalas. Se eu



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

puder – e está aqui o documento... Toda semana, quando eu faço audiência pública, eu coloco os critérios de arbitragem que foram utilizados para escalar os árbitros. Isso é gravado, e estão no *site* da CBF quais são os critérios que a gente utiliza. Está bom?

Pode seguir.

Revisões no telão. Revisões do VAR no telão, ao vivo – ao vivo!

O senhor... Eu, na minha visão, a melhor forma de controle para um árbitro é ele saber que está sendo visto. E, quando você põe uma revisão de uma jogada ao vivo – ao vivo –, ela é controle. O árbitro sabe que ele está sendo visto ao vivo. O.k.?

Anúncio do árbitro – e aqui eu faço referência ao Senador Portinho, que ontem falou do anúncio dos árbitros e que no ano passado isso foi tocado aqui. É isto que eu disse para o senhor...

(Soa a campainha.)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Só para concluir – só para concluir.

... eu disse aqui para o Senador Kajuru e para o Senador Romário a importância de trabalharmos nesse sentido, porque a voz de vocês também nos leva a criar situações e pedir à FIFA esse tipo de autorização, porque eu não posso fazer isso sem autorização da FIFA, está bom?

Basicamente é isso.

Só para concluir: para se ter ideia, até o ano de 2022 – pode seguir com o vídeo, pode seguir com o vídeo, aqui é um exemplo de uma linha sendo traçada ao vivo –, somente poucas situações eram colocadas na página, no *site* da CBF de revisão. Hoje a gente passa de 900 vídeos publicados. E, se a gente está discutindo aqui, Presidente, sobre o vídeo da linha do jogo Palmeiras e Vasco da Gama – e a gente vai poder conversar sobre isso –, é porque a gente exibiu esse vídeo. Isso é importante. Se a gente está discutindo a jogada entre Botafogo e Palmeiras, é porque a gente exibiu essa jogada.

Dou um exemplo, para concluir, Presidente.

Pode seguir, por favor, com o vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – O próximo, por favor, que é rapidinho também, e eu concluo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Então, são ações de transparência. Todo mundo usa como exemplo, para terminar, a Premier League. Eu ainda não vi a Premier League anunciando, o árbitro



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anunciando a decisão que ela toma. Eu ainda não vi em nenhuma liga da Europa isso acontecer, e a gente já faz aqui, autorizado pela FIFA.

Agradeço o tempo, mas foi importante para a gente esclarecer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nós é que agradecemos, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol, Sr. Wilson Seneme.

Aqui registro, como sempre, atuante, o Senador Carlos Portinho, do Rio de Janeiro, que saiu da reunião de Líderes e já está conosco.

De imediato, eu passo a palavra ao histórico homem público e Relator desta CPI, Romário de Souza Faria, para os seus questionamentos.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Muito obrigado. Bom dia, Presidente. Bom dia a todos os presentes. Bom dia àqueles que nos acompanham direta e indiretamente.

Agradeço aqui a presença do Sr. Wilson Luiz Seneme, do seu advogado, Marcelo Neves Rezende. Muito obrigado pela presença dos senhores.

Sr. Hélio Menezes e seu advogado também, Pedro Ivo Velloso, muito obrigado pela presença.

Temos aqui pessoas que fazem parte da arbitragem. Se eu não me engano, são da CBF, em geral, ou do DF.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Do DF.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas tem aqui, pelo menos, meu amigo de muitos anos, um dos grandes árbitros da história do futebol carioca, no mínimo, Péricles Bassols – obrigado pela presença –; David Sousa; Renato Tolentino; Luiz Paulo Aniceto; Allysson Zilse; Pedro Alves; Marcelo Ruda; Cassia França; Maguielson Lima; Marconi Gonçalo; Jamir Carlos Garcez; Josieliton Santos; Lucas Modesto; Ana Carolina Souza; Douglas Penha; Matheus de Moraes Silva; Elmo Cunha; Rodrigo Raposo; Leone Rocha; Marrubson Freitas. Enfim, sejam todos bem-vindos. Muito obrigado a vocês pela presença.

Você lembra, mais uma vez, uma aula que você deu aqui, nesta CPI. Parabéns pela sua competência e pelo trabalho sério que você vem realizando diante dessa sua responsabilidade em relação à arbitragem do nosso país.

Vou aqui direto às perguntas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre os árbitros de futebol, sabemos que parte deles não é profissional no sentido estrito da palavra, tendo se dedicado também a outros ofícios. Não há qualquer vínculo de emprego com as federações, CBF inclusive. As remunerações são eventuais e muito abaixo do que ganha um atleta de nível médio, por exemplo. O senhor entende que o caminho da profissionalização tende a blindar mais os árbitros dos esquemas de manipulação? Qual é a sua visão sobre esse tema?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – É importantíssimo o tema. Nós tratamos, me recorde, disso no ano passado, com V. Exa., e seguimos à disposição para desenvolver esse tema.

É um tema bastante complexo. Entendo que o árbitro deve ser um profissional, não só para blindá-lo mais, sob qualquer aspeto, como para dar à categoria credibilidade, o máximo da credibilidade.

Entendo que isso deve ser, sim, o futuro da arbitragem. Existe já uma proposta que a gente realizou, o.k.?, mas ela, efetivamente, não pode deixar de ser algo do futebol. Não é algo da arbitragem.

Entendo que todos os segmentos, os clubes, o investimento que entra num clube, as federações, que são as formadoras dos árbitros – são 27 federações que formam os árbitros... Hoje, a CBF trabalha com árbitros que são formados em 27 federações diferentes, e um dos projetos que a gente tem e que a gente apresentou para o Presidente Ednaldo é que nós criemos a Escola Brasileira de Arbitragem, para que, além de ele se formar no seu estado, ele se forme e ganhe uma certificação da CBF. Isso é importante para a gente unificar critérios.

Entendo que esse passo tem que ser dado, entendo que as leis, através do Governo, através do Senado, através da Câmara dos Deputados, e que isso têm que ser amplamente debatidos. Passou-se da hora de debatermos isso.

Não me sinto capaz de fazê-lo só, confesso, não me sinto capaz de profissionalizar o árbitro, eu por eu mesmo, só... A minha limitação é técnica, de informação. Eu preciso que pessoas de outros segmentos, com as suas experiências e o seu *know-how*, possam se somar a isso, para a gente dar mais credibilidade a esse árbitro, às decisões que ele toma.

Eu acho que é esse o caminho e estou totalmente de acordo com a profissionalização da arbitragem.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Seneme, uma outra pergunta, em nível de curiosidade: os jogadores, os clubes todos hoje têm os seus patrocínios, independentemente de quais sejam. Você entende que os árbitros também poderiam ter os seus patrocinadores ou o seu patrocinador?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Entendo que sim. Entendo que, como um jogador, por exemplo, particularmente, fecha um contrato com uma marca esportiva, um árbitro pode e tem o direito de fazer isso.

Os árbitros criaram, no ano passado, a Abrafut (Associação de Árbitros de Futebol), e a Abrafut é dos árbitros, essa é a diferença. Ela não é dos ex-árbitros. Então, o árbitro que é associado da Abrafut tem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o seu interesse próprio, e a CBF tem trabalhado, e eu acho que é um caminho muito importante a utilização da Abrafut, da associação de árbitros, na busca de direitos que os árbitros podem conseguir junto à CBF. Acho que é um canal extremamente importante, cujo passo inicial foi dado no ano passado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, hoje, por exemplo, se uma empresa esportiva quiser fazer um contrato com um determinado árbitro – de uma chuteira, por exemplo – , ela teria que ir à CBF, teria que ir à Abrafut, ou teria que ir direto a esse árbitro, no seu entendimento?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não... Hoje, hoje, ela teria que informar à CBF, ao Departamento de Arbitragem, à Comissão de Arbitragem. Mas eu, como departamento de comissão de arbitragem, tenho só que ser informado. Eu não posso proibir um árbitro de, dentro dos contratos de legalidade, se está dentro da legalidade da lei brasileira, ter um contrato individual.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas nos uniformes também? Desculpe-me. Só acrescentando.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Dos uniformes, é uma... O uniforme, o uniforme é uma representatividade, além do árbitro, da pessoa árbitro, mas da instituição CBF.

Acredito sim que, aí, a Abrafut tem que desenvolver os seus caminhos dentro dessa ligação, desse contato com a CBF, para buscar direitos cada vez mais em relação a esses patrocínios.

Hoje, esses patrocínios são revertidos para os árbitros em forma de desenvolvimento, mas acredito sim, acredito sim que é possível a CBF avançar nessa integração entre patrocínio e benefício aos árbitros e que a Abrafut tem que participar disso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou pro projeto de lei, Senador Romário.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É.

As operações policiais recentes que revelaram o esquema de manipulação dos jogos ligado às apostas não apontaram nenhum árbitro envolvido até o momento. Entretanto, sabemos que, no passado, tivemos aqui no Brasil um grande escândalo nesse sentido, a chamada Máfia do Apito. Como a Comissão de Arbitragem trabalha pra se prevenir desses casos? Há um constante monitoramento dos árbitros? Existe algum tipo de investigação interna sobre a vida desses profissionais?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Total. A minha apresentação responde a esse questionamento. Entendo, Sras. e Srs. Senadores, entendo eu que foi um divisor de águas pra arbitragem o caso de 2005. E entendo também que hoje nós não temos nenhum árbitro envolvido, não temos nenhum árbitro envolvido do quadro da CBF, em função de todas as ferramentas que eu apresentei aqui, que foram criadas pra vigilância do árbitro, pra controle dele e pra transparência do trabalho que ele faz. Hoje um árbitro de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

futebol tem plena consciência da sua responsabilidade social. Não só do seu comprometimento com a regra do jogo, mas da sua responsabilidade social, pelo que o futebol representa.

Então... Penso inclusive que o modelo apresentado aqui – e podem ser dados mais detalhes de como a organização do Departamento de Arbitragem é na CBF – pode servir de apoio pra clubes que estão sofrendo, estão sofrendo por jogadores que têm se envolvido com isso. Quem paga é o clube, quem paga é o torcedor. E a gente espera, na verdade, contribuir o máximo possível pra que nenhum elemento do futebol esteja contaminado. Isso é muito importante.

Então, entendo que as ferramentas que nós colocamos em prática têm surtido efeito, sim, a partir do divisor de águas, do caso de 2005.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Sr. John Textor apresentou uma série de denúncias a esta CPI sobre suposta manipulação de imagem relacionada ao sistema do VAR no Campeonato Brasileiro do ano passado, baseado em relatórios elaborados pela empresa Good Game!. O senhor teve acesso a esse material? Como responde a essas denúncias? O sistema de VAR utilizado pela CBF é confiável?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Então, vamos por partes.

O VAR não é o VAR do Brasil; o VAR é o VAR da FIFA. Eu não posso ter um VAR sem seguir um protocolo e um procedimento existentes e fornecidos pela FIFA. Eu não tenho autorização pra fazer isso. Então, é dizer assim: a maneira e o modo como se opera a tecnologia do VAR e como os árbitros trabalham e como eles foram qualificados é o mesmo na China, no Japão, na Inglaterra, no Paraguai, no Brasil e na Argentina. É um padrão único, que você tem que comprovar pra FIFA pra estar autorizado.

Outra coisa que pouca gente sabe: a informação chega pouco, na minha visão. Quando eu escuto as pessoas falando, eu vejo muito pouco que é informação. A gente precisa se falar mais. Por exemplo, eu tenho certeza de que pouca gente sabe que a empresa que presta serviços para a CBF de tecnologia tem que estar certificada pela FIFA. Se ela não está certificada pela FIFA, a CBF não pode contratar, é proibido.

Essa empresa, em particular, que presta serviços para a CBF, é a empresa pioneira do VAR quando a FIFA o lançou, é a parceira nº 1 da FIFA nos jogos do Mundial, das Copas do Mundo... Essa empresa inglesa que fornece a tecnologia para a Liga inglesa é a mesma empresa que fornece a tecnologia, inclusive das linhas virtuais, que, na minha opinião, são muito criticadas em função de serem pouco entendidas. Por isso que a gente... Foi uma ideia minha, Senadores, trazer o VAR aqui. E não teve nenhuma conotação que não seja, mais do que eu explicar, eu tentar demonstrar como funciona, para vocês se sentirem um pouco mais seguros com essa ferramenta, o.k.?

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Seneme.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Obrigado, Relator Romário.

Bem, eu vou quebrar aqui o protocolo, sendo eu o segundo para questionar, e farei apenas duas rápidas colocações, para deixar o Senador Carlos Portinho sempre preparado, para que ele fique com o seu tempo e com as suas questões.

Instrutores de arbitragem, Sr. Wilson Seneme, da FIFA e de federações filiadas à Conmebol e à Concacaf, estão participando, no Rio de Janeiro, desde ontem, de um encontro para discutir a uniformização dos critérios usados e utilizados pelo VAR.

Deixando de lado aqui a parte interpretativa, como justificar erros do VAR em lances factuais, com dúvidas sobre se um lance aconteceu dentro ou fora da área, se a bola entrou ou não, se saiu pela linha de fundo ou não, antes da marcação de um gol? Se o recurso tecnológico não serve para dirimir dúvidas, qual é a justificativa, então, para a sua utilização, Seneme?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – É, vamos lá.

O que é factual realmente não exige interpretação, mas ele exige ângulo de visão. Tudo que é factual e é 100% garantido pela ação matemática, eu tenho a garantia pelo ângulo das câmeras. É importante isso. Quem dá o ângulo das câmeras não é a CBF; quem dá o ângulo das câmeras é a detentora da transmissão. O VAR simplesmente absorve os canais de transmissão, o.k.? O VAR não pode ter nenhum canal de transmissão, nenhum canal, nenhum sinal de transmissão só para ele. Todos os canais que são transmitidos são os canais que o VAR tem como referência, não é? Então, em jogadas factuais com alto grau de dificuldade de se identificar se a bola saiu ou não saiu, pelo ângulo que a câmera tem, segue-se, segundo o protocolo da FIFA, a decisão do campo. Essa é a única maneira de explicar tecnicamente por que, em uma situação factual, não é utilizada a ferramenta VAR, pelo seu grau de dificuldade de justificar, através do ângulo, a sua interpretação diferente da que teve no campo de jogo. Essa é a única. Não existe outra maneira.

Se você tem 100% de certeza e ela é factual, você deve participar, o árbitro do VAR deve participar e chamar o árbitro. Inclusive, em situações factuais, o árbitro, se ela está clara, não precisa nem rever a jogada: ele pode fazer a modificação, ofertando para o árbitro a informação diretamente se o árbitro assim o quiser.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Sr. Wilson Seneme, a minha última observação por enquanto – para passar ao Senador Carlos Portinho, em respeito à presença dele, que é o único membro aqui presente; então, a gente tem esse critério –: é importante saber de um homem com a sua experiência, com a sua integridade, não só na Comissão de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Arbitragem, mas com o conhecimento de futebol, uma questão que todos perguntam para a gente nas ruas: o senhor, de tudo que nós acompanhamos até agora, das denúncias apresentadas e declarações feitas pelo CEO do Botafogo do Rio, o John Textor, o norte-americano dono de quatro times no mundo, de 100% do que ele falou, o senhor como um homem do futebol, o senhor acredita em quantos por cento nós poderemos comprovar que ele tem razão e que ele conseguiu provar? Ou o senhor não acreditou em nada do que ele apresentou até agora?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Se eu posso acreditar em algo que ele apresentou e que acredito que tem que ser profundamente investigado é um áudio apresentado por um árbitro que não faz parte do quadro da CBF. Em termos de CBF, zero. Eu dou a ele 0% de possibilidades do que ele apresentou, porque efetivamente não vi e não identifiquei, com essa experiência que tenho, nenhuma ação que possa me dar a mínima referência e transformá-la em algum tipo de manipulação de resultado, seja dos jogadores que ele citou, porque os árbitros estiveram no campo nesses jogos, e eu investiguei e conversei com os árbitros se eles identificaram. O Romário sabe que um árbitro identifica quando um jogador está diferente. Inclusive, é matéria até de exame *antidoping*. Um árbitro pode indicar – não sei se vocês sabiam disto –, um árbitro pode chegar e falar: "Ó, esse jogador está com uma atitude diferente".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – E o médico pode, claro, dentro do critério do médico, fazer um exame *antidoping*. Então, eu não vejo nenhum indício de nada.

E aqui quero fazer uma crítica muito grande à utilização da inteligência artificial para esse sentido, e quero concluir a minha resposta com a seguinte pergunta. A regra do jogo, a Regra 12, ela dá para o árbitro, nos termos de interpretação do que é falta e do que não é falta, o limite da força. Por exemplo, quando um jogador tem que ser expulso, a regra diz que ele tem que ter usado força excessiva. Como é que... Qual é o parâmetro da inteligência artificial para decidir quando uma força aplicada numa jogada passa a ser excessiva?

Se a gente tem n tipos de situações de disputa durante um jogo, qual é o grau, qual é a referência de que uma força passa a ser excessiva para, no documento, no relatório, sair que o árbitro acertou ou não na sua decisão? É absolutamente uma ação interpretativa – é absolutamente uma ação interpretativa. A Regra 5 do jogo de futebol dá ao árbitro central a prerrogativa de interpretar. Há mais de cem anos é assim.

Acredito que o foco é no desenvolvimento da arbitragem. Isso a gente tem que pensar. Isso eu adoro trabalhar. E nisso eu posso pôr a mão na massa para contribuir. O.k.? Agora, não vejo nenhum indício de que esses elementos interpretativos, mesmo que às vezes errados, quando a gente assume nosso erro... Quantas vezes eu assumo meu erro? Porque, enfim, eu sou responsável por escalar o árbitro. Como é que eu não vou assumir o meu erro? O.k.? Agora, transformar erro de arbitragem em denúncia para manipulação de resultado, na minha visão, é uma ação irresponsável. O.k.? Então, nós devemos ter muito cuidado com isso, para ter mais elementos que possam comprovar.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que foi apresentado, 0%.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, só rapidamente em relação a provas, a empresa do Sr. John Textor é a Good Game!, que fez a investigação, e a da CBF é a Sportradar. Essa, sim, é a única que até agora trouxe prova: aquele jogador do Santos, com um salário de R\$300 mil, que recebeu R\$50 mil para tomar três cartões amarelos. Isso foi prova. E teve até a confissão do próprio jogador, que foi punido.

E o outro fato, que nós já comentamos aqui, Portinho, Romário, foi o pioneiro, em Goiás... O Ministério Público, o Gaeco... E ele, inclusive, estará presente nos próximos 15 dias aqui para conversar com a gente. Foi o próprio Presidente do Vila Nova de Goiás quem denunciou os jogadores por manipulação, os puniu e tornou público isso.

Então, de provas, até agora, que vimos, eu não vejo uma terceira além dessas duas.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É, eu acompanhei todo o processo. No ano passado, eu estive aqui no Senado, com tudo que ocorreu. Eu estive na Câmara dos Deputados com o Procurador sentado, com o Procurador de Goiás. E eu fiz questão, como eu estava presencial, de perguntar a ele: "Por favor, o senhor tem algo contra árbitros que possa ser um pequeno começo de um fio de uma meada, em que eu possa auxiliar o desenvolvimento da investigação?". E não me chegou nada até hoje, Kajuru. Não me chegou nada até hoje.

Se eu tiver qualquer indício superior a isso, é óbvio que eu, como Presidente de comissão, vou ser o primeiro a me interessar e pôr à disposição ao Ministério Público, à Polícia Federal.

E é por isso que essa empresa Sportradar, que é contratada da FIFA, passa pela Conmebol e chega à CBF e, pela CBF, é fornecida para as federações, que é uma empresa com que a gente tem trabalhado. E, como eu falei na minha apresentação, conjunto com a Unidade de Integridade, que foi criada esse ano, eu posso ter uma referência, inclusive antecipada, se existe algum movimento em relação à arbitragem. Antecipado, se eu tenho essa informação, eu não escalo o árbitro, por prevenção. Eu não escalo o árbitro. Eu acho que essas coisas são efetivamente importantes para a gente desenvolver.

E, sim, o Ministério Público de Goiás fez um trabalho exaustivo, um pente-fino. Erros de arbitragem ocorrem, óbvio que ocorrem, mas, por exemplo... Dou um exemplo: quando a gente vê hoje um jogador que toma um cartão amarelo, eu não posso remeter um jogador que tomou um cartão amarelo àqueles jogadores que tomaram o cartão amarelo vendidos. Não é porque hoje um jogador toma um cartão amarelo que isso está acontecendo, não. É o joio do trigo. Aqueles jogadores fizeram isso, os outros não. Então, a mesma coisa é a arbitragem.

A gente espera que realmente tudo se esclareça, Presidente. Eu estou ansioso para que seja o mais rápido possível, porque o futebol não pode pagar o preço dessa pressão que tem vivido em função de coisas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que são expostas. Óbvio – óbvio – que cada coisa no seu tempo, ninguém pode... Eu estou colocando aqui a minha ansiedade não no sentido do trabalho de ninguém, tá? A gente sabe que tem que respeitar o trabalho de todo mundo e o passo a passo, mas é uma ansiedade de quem vê essa pressão transformando e contribuindo negativamente para o futebol brasileiro, tá?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito.

Bem, já passando a palavra ao Senador do Rio de Janeiro Carlos Portinho e dando a ele o crédito, inclusive, da sua sugestão: depois que foi ouvido aqui o CEO do Botafogo, John Textor, todos nós concordamos e nos dirigimos à imprensa com a palavra "indícios", e não "provas", para que fique bem claro o que nós decidimos aqui naquela reunião.

Senador Portinho, por fineza, à vontade.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Muito obrigado, Presidente Senador Kajuru, ídolo, amigo e Senador Romário, nosso Relator na CPI.

Agradeço a presença do Presidente da Comissão de Arbitragem, Dr. Wilson Seneme, a quem acompanhei, acompanho, como esportista já de longa data, assim como muitos dos árbitros, nossos amigos inclusive, como o Índio, no Rio de Janeiro, o Luís Antônio, e tantos outros, fruto dessa nossa relação.

Quero agradecer – e vejo aqui a presença de vários árbitros. Todos são da Abaf?

(Manifestação da plateia.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Abrafut, não é? Abaf é dos agentes, perdão. Abrafut, todos, tá.

Primeiro, quero deixar claro que o nosso interesse maior aqui é contribuir com o futebol brasileiro. É lógico que em toda e qualquer investigação, se tiver elementos, serão encaminhados a quem de direito, Ministério Público, Polícia Federal, porque também é no interesse da preservação da integridade do resultado esportivo. E, como fizemos naquela audiência pública em que sugerimos, e a CBF esteve presente, o áudio do VAR no estádio, acredito que certamente teremos um relatório propositivo a partir da coleta das informações, das experiências, e eventualmente teremos elementos para encaminhar ao Ministério Público, como o caso, que já corre, desse árbitro do Rio de Janeiro.

Eu quero deixar bem clara a minha posição, até como advogado esportivo e militante no Tribunal desportivo – ex-militante, quando eu assumi aqui a minha função, me licenciou da advocacia pra assumir a função pública, por opção –, e sei que há erros de arbitragem, até pela especificidade da atividade, aquela fração de segundos em que pouca gente, a não ser aqueles formados... Bem formados e preparados árbitros podem enxergar o que a gente muitas vezes não enxerga nessa fração de segundos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há erros arbitrais. Havia... Para alguns continua havendo, mas havia, na minha opinião, muito mais até antes do VAR. Agora também há erros por manipulação. A gente viveu o caso da máfia do apito. Eu era advogado esportivo. Quem poderia imaginar que rodadas do Campeonato Brasileiro seriam anuladas e refeitas, de até clubes para os quais eu advogava? E aquilo foi tudo rápido, porque, quando há manipulação, é assim: o bote tem que ser certo e rápido. Se demorar, você não tem nem como regredir um campeonato, e isso macula, certamente, a credibilidade da competição.

E há erros para manipulação de aposta. Isso está acontecendo no mundo, não é um fenômeno do Brasil. Aqueles erros de manipulação, antes tinha alguns, poderiam haver em campeonatos regionais ou até no nacional, no caso da máfia do apito. Às vezes, é um erro por influência política, às vezes é um erro por interesse em subir o clube A, descer o clube B, critérios esportivos. Mas, a partir das apostas, e é um evento recente a partir da regulamentação no Brasil, a gente precisa se adequar.

É natural que a primeira reação do árbitro seja: "Não, não tem manipulação. Imagina, eu vejo tudo, eu acompanho tudo". Mas é como o caso – eu gosto de repetir – agora, infelizmente, do nosso Paquetá, que está sendo investigado, apenas investigado. Mas quem diria que um atleta que fez carreira no Brasil, seleção brasileira, está lá na Inglaterra ganhando fortuna, poderia estar envolvido numa denúncia de manipulação, no caso de cartão amarelo, por conta de aposta?

Então, ontem eu me desapontei muito com a Presidente Leila, porque o clubismo foi aflorado ali. Não fazer nada não é a opção, quero deixar claro, porque eu não estou aqui para não fazer nada. E eu espero que a CBF faça alguma coisa. Quando a gente perguntou à CBF, ao diretor de *compliance*, meu amigo, o Dr. Eduardo Gussem... A gente vê que a CBF está correndo atrás do rabo, porque está atrasada. A própria lei das apostas não foi regulamentada. "Ah, agora vai trazer muitos impostos, arrecadação." Não foi nada regulamentado até agora, quase seis meses depois, continua a bandalha. Então, a gente tem que se preocupar, não fazer nada não pode ser a opção, porque o mundo sofre com esse fenômeno da manipulação.

Em 2009, um campeonato da UEFA... "Imagina, um campeonato da UEFA?" Em 2009, manipulação, e a partir dali os instrumentos foram criados. Então, esse é o nosso intuito e quero deixar claro, com essa distinção quanto aos erros da arbitragem. Erros existem, são erros. Erros para manipulação também já existiram e podem existir. E erros para manipulação de apostas também podem existir e é a nossa preocupação maior.

Feita essa introdução, apenas para que todos compreendam o meu papel, ontem o Senador Chico Rodrigues fez uma pergunta interessante, eu gostaria de encaminhar, até porque apresentei hoje um projeto de lei, Senador Romário e Senador Kajuru, porque na Lei Geral do Esporte a gente suprimiu da lei, o que era da Lei Pelé, o sorteio dos árbitros, e a gente suprimiu por uma divergência no texto, a gente não chegou a um consenso.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, particularmente – e queria saber a opinião de V. Exa. primeiro –, acredito que é importante que haja um sorteio, para que não haja um direcionamento, para o bem dos próprios árbitros, inclusive da competição, da CBF, da Comissão de Arbitragem, através de um procedimento transparente que dê oportunidade a todos os árbitros, seja da Abrafut, da Anaf, não quero entrar nessa discussão, porque como advogado desportivo, trabalhei no STJD, onde a Anaf, durante 30 anos, indicou e foi representada lá. A Anaf não reúne somente ex-árbitros, ela reúne os árbitros também em atividade, mas não vou entrar nessa questão política, quero deixar claro, de Abrafut e de a Anaf, mas que todos que sejam do quadro da entidade possam ter oportunidade. O que o senhor pensa a respeito do sorteio de árbitros? E como se dá hoje, na ausência de sorteio... Talvez a primeira pergunta seja essa: na ausência de sorteio, como se dá hoje a escala de arbitragem? E o que o senhor acha, num segundo momento de resposta, sobre o sorteio de árbitros?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Obrigado, Senador Portinho, ouvi atentamente ontem o senhor e vejo a sua inquietude em relação a seguir trabalhando nisso. Pode ter certeza que aqui o senhor tem um companheiro, um parceiro no que for necessário do departamento de arbitragem, para que o senhor possa dirimir suas dúvidas, e para cada vez mais dar ao senhor e ao povo brasileiro uma arbitragem mais confiável, a gente vai apoiar o trabalho de quem o faz.

Em relação à máfia do apito, eu sofri, eu sofri. Eu fui um árbitro daquela geração, e, quando eu entrava em campo, eu apitei dois jogos remarcados, e só eu sei o que é estar dentro de um campo apitando um jogo remarcado quando um clube havia ganhado do outro. O grau de pressão e dificuldade que eu vivi naquele momento e entendo, sim, que aquilo foi um marco para tudo o que hoje o departamento de arbitragem já desenvolveu.

Essa declaração de integridade que nós apresentamos na minha apresentação, que os árbitros preenchem, ela não foi feita agora. Essa declaração de integridade faz anos que o árbitro tem que apresentar, então, que sirva de referência, assim como o senhor falou ontem, que essa declaração dos árbitros sirva de referência para os outros segmentos do futebol.

Em relação aos critérios de arbitragem, uma coisa que foi suprimida na Lei Geral de Esporte que estava no Estatuto do Torcedor, que era também audiência pública, que era obrigatório uma audiência pública para os árbitros serem anunciados, e nós não suprimimos do nosso trabalho. Nós entendemos que foi uma ação extremamente de transparência. Então, se nós entrarmos no *site* da CBF, toda semana está gravada a nossa audiência pública e nela eu cito – e tomo aqui a liberdade de um tempo para eu citar quais são os critérios que a gente comenta durante a audiência pública.

A seleção dos árbitros foi definida levando-se em consideração as fases da competição, a importância e o grau de complexidade de cada partida, e a qualidade, qualificação, o condicionamento físico e o desempenho técnico dos árbitros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Somente serão designados para as partidas os árbitros integrantes da relação nacional, que estejam liberados pela comissão de dopagem para esta rodada e estiverem habilitados nas avaliações físicas e teóricas de cada ano em curso. Os árbitros não serão designados para as partidas das federações as quais ele pertence, contra uma federação de outra equipe. E quando tiverem atuado como árbitro central na partida das equipes em que atuaram na rodada anterior, na mesma competição, ele não pode apitar dois jogos seguidos na mesma competição, de um mesmo time.

Mas aqui eu toco alguns pontos, para ser sucinto, senão vira... porque é muita informação, o.k.? Mas, por exemplo, quando eu cito aqui o condicionamento físico e o desempenho técnico dos árbitros, é como jogador de futebol. A FIFA preconiza isso, que nós tratemos os árbitros pelo desempenho, apesar de garantir o desenvolvimento e que todo o quadro tenha a oportunidade, mas no lugar certo, as peças no lugar certo. Eu não posso, e esportivamente não é direito, jogar um jogador que não está rendendo. Então o desempenho técnico anterior dele vai influenciar na próxima escala, assim como vai influenciar um técnico para colocar um jogador dentro do campo de jogo. Então esses critérios são extremamente importantes.

Se você quer acompanhar, por exemplo, uma rodada, você vê que um árbitro apitou muito bem – muito bem. E, se você identifica que na rodada seguinte esse árbitro está novamente escalado, é pelo desempenho que ele teve. Se ele apitou e ele não foi tão bem, ele não comprometeu o resultado, mas ele não foi tão bem, provavelmente esse árbitro vai dar oportunidade a um outro árbitro. E hoje os árbitros sabem que é assim, é uma regra clara essa. Isso é falado para eles, o.k.?

Em relação ao sorteio, só para completar, eu acho que o sorteio dificulta todo esse trabalho que eu falei. É como pedir para um treinador sortear a equipe que ele quer que jogue. Particularmente, para um presidente de comissão, é menos responsabilidade. E eu acho que isso é algo preocupante. Um presidente de comissão de arbitragem tem que ser responsabilizado pelas suas escalas. E, quando você coloca todo mundo numa roleta e roda e sorteia, qual é a minha responsabilidade nisso? Então, eu fico pensando, associado a isso, que, quando ocorreu o sorteio lá atrás, havia um motivo claro e lógico, que foi a máfia do apito, comprovada. Nesse sentido, eu não vejo... Acredito que pode ser uma possibilidade dentro de uma lei, mas eu não vejo a necessidade de ela ser uma obrigatoriedade hoje em dia.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Wilson. E parabéns por, mesmo na ausência do dispositivo, realmente seguir fazendo o sorteio com critérios próprios. E se V. Sa. depois puder me encaminhar esses critérios, porque eles têm, sim, uma lógica.

Eu só me preocupo porque... como é que é feita – e aí fica a pergunta – para que esses árbitros tenham oportunidade, para que todo o quadro possa ter oportunidade durante um campeonato? Como é feito com aquele que, de repente, não teve uma boa *performance* técnica numa partida? Como é feito pra ele poder voltar a essa ciranda?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Essa é uma pergunta excepcional.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando nós chegamos, em 2022, à Comissão de Arbitragem, eram só três pessoas para 90 jogos semanais, para escalar 650 oficiais. Como é que você faz isso e consegue, ao mesmo tempo, ofertar jogos a todos? É preciso um controle muito grande. Então, nós contratamos mais gente. Hoje, a Comissão de Arbitragem é composta por seis pessoas, e ela é subdividida por divisão. Cada membro dessa comissão é responsável por uma área dentro de cada divisão. Por exemplo, o Emerson Augusto de Carvalho, que é o Vice-Presidente da comissão e foi um assistente da FIFA de duas Copas do Mundo, é responsável por olhar as listas dentro de um programa, porque já existe um programa que me facilita, um programa de informática que me facilita saber quem foi e quem não foi. O Emerson Augusto de Carvalho seleciona pra Série A e Série B todos os assistentes, pra que isso... Antecipadamente, isso é feito; três dias antes, inicia-se o trabalho de uma escala – três dias antes. No último dia, há reunião final, em que todos os critérios são apresentados, e a gente consegue publicar após toda essa análise. É feito um trabalho técnico muito grande. E, se eu puder ter condição, eu posso, inclusive, convidá-los a que possam eventualmente acompanhar como isso é produzido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, porque a informação que eu tenho é de que apenas 10% dos profissionais do quadro nacional têm oportunidades na Série A. E isso... Pode ser que tenha um critério para isso, mas, quando há uma concentração, ela pode sugerir que há uma suspeita de favorecimento pra um grupo ou outro de árbitros. Então, eu não sei se esse dado está certo. Foi uma pesquisa rápida que a minha assessoria fez. Apenas 10% dos profissionais do quadro nacional têm oportunidades na Série A. Até perguntando, é mais ou menos isso?

E gostaria de saber também... Aí uma outra pergunta. Quantos árbitros hoje, na CBF, no quadro, são da Região Nordeste e quantos são de São Paulo?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – O.k. É um dado aproximado e correto. A identidade pra um árbitro chegar à Série A tem componentes... Impossível não haver componentes técnicos. É impossível eu entregar uma prestação de serviço pra um clube, pra dois clubes da Série A, com a responsabilidade que eu tenho, porque eu tenho que fazer rodízio... É impossível eu, como responsável por isso, entregar esse tipo de serviço. O árbitro conquista – é uma conquista. O jogador conquista jogar nos grandes clubes. Nem todo jogador... Eu garanto também que 90% ou mais dos jogadores ganham até dois salários mínimos. E todos gostariam que esses 10% dividissem a cota, deixassem esses 90% jogar um pouco na Série A do Campeonato Brasileiro. É mais ou menos isso que é uma referência importante, Senador. Não é uma referência do Wilson Seneme, é uma referência da FIFA. Eu sou uma pessoa formada pela FIFA. Eu fui por dez anos árbitro da FIFA e trabalho na FIFA como membro da Comissão de Arbitragem há dez anos. São dez membros da Comissão de Arbitragem no mundo, e o Brasil tem a felicidade de ter um. Então, é uma experiência muito grande essa.

Óbvio, óbvio, que, de quando eu cheguei na CBF até agora, nós conseguimos lançar 17 árbitros centrais na Série A – 17 árbitros centrais na Série A. Em nenhum país da América do Sul a gente conseguiria



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer isso, só no Brasil a gente conseguiu porque tem qualidade. E a gente espera que os árbitros, que a gente consiga qualificar cada vez mais esses árbitros para que eles tenham condições, mais árbitros, de chegar à Série A. Não há um número limitado para isso, quanto mais, melhor para a gente, maior é o rodízio que a gente pode ter para garantir essa segurança de que o senhor está falando e quer.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E quantos árbitros hoje no quadro da FIFA da Região Nordeste e quantos de São Paulo?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Que trabalham?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quantos árbitros nos quadros?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Em alguma divisão específica?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, nos quadros, proporcionalmente, que são árbitros FIFA: quantos da Região Nordeste e quantos de São Paulo?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Árbitro central eu vou tomar como base, porque é o árbitro principal. O Nordeste ficou... o último árbitro central que foi da FIFA – eu não me recordo o ano em que ele saiu – foi o Wilson Souza de Mendonça, que faz muito tempo que parou. De lá para cá, não houve nenhum árbitro do Nordeste que entrou no quadro da FIFA. E, no ano passado, nós colocamos no quadro da FIFA o Rodrigo Pereira, de Pernambuco. Depois de todo esse longo tempo sem um árbitro na FIFA, nós conseguimos identificar um potencial e hoje o Nordeste tem esse representante.

A Copa do Nordeste está sendo muito importante. Ontem apitou o Paulo Belence, um árbitro jovem, que apitou muito bem a primeira... Eu poderia ter colocado um árbitro mais experiente, mas futebol é risco também, e um risco controlado. Para um árbitro que tem se destacado, oportunizamos, e ele foi muito bem. E a gente espera que essa filosofia no futuro possa estar incutida na cabeça de cada árbitro para ele buscar as suas oportunidades, e que isso não fique só nessa questão de que eu tenho que oportunizar para todo mundo. Tem jogo para todo mundo – tem jogo para todo mundo –, mas tem jogo A para o árbitro A e tem jogo D para o árbitro D, isso é importante nós analisarmos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quantos de São Paulo no quadro da FIFA?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – No quadro da FIFA, 3. Assim, é muito importante também estabelecer a questão de desenvolvimento do futebol de uma maneira geral, não só da arbitragem. Normalmente a lista representa o desenvolvimento do futebol de uma maneira geral.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora eu queria entrar um pouco mais na questão do VAR. E, de novo, fazendo essa ressalva: o VAR não é um...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Portinho, só uma permissão sua, e aí você volta. Fique à vontade, querido, porque ele entrou aqui, o Seneme, sobre essa questão do árbitro que comete um erro e que é punido. O senhor fez esse comentário.

Vamos aqui, então, lembrar... Não sei se você chegou a ver o jogo, Senador Portinho. Na abertura da Série A do Brasileirão deste ano, em Goiânia, Atlético Goianiense e Flamengo. Houve uma opinião unânime de que o Atlético foi totalmente prejudicado pela arbitragem do paulista Andre. Desculpe, não me lembro...

O SR. WILSON LUIZ SENEME (*Fora do microfone.*) – Mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mineiro.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (*Fora do microfone.*) – Andre Bento.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Andre Bento. O que aconteceu com ele? Ele foi punido, suspenso por tempo indeterminado e foi para a reciclagem.

Eu perguntei: "Mas fica muito subjetivo, não é? Tempo indeterminado significa o quê?". Ele ficou, na verdade, 30 dias apenas suspenso, na reciclagem, voltou, cometeu erro de novo, ele, que, no ano passado, já tinha cometido erro. Aí é o único ponto meu de discordância em relação à Comissão de Arbitragem da CBF.

A punição não teria que ser maior para quem comete um erro grave? Porque imagine um time começar um campeonato perdendo três pontos, lá na frente, o que poderão representar esses três pontos perdidos em que uma pessoa só foi a culpada, e em caráter unânime de opinião, de toda a imprensa inclusive, Sr. Seneme.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Muito bem. Em questão de punição, eu, sinceramente, não usei esse termo, "punição", Kajuru. Eu acredito que "afastamento" é o termo mais indicado, porque acredito que a gente usa o termo "punição" para alguém que teve intenção de fazer as coisas. Acredito que o termo "afastamento" condiz mais com o que ocorre, não é?

O tempo é indeterminado, porque vai depender do trabalho que é realizado com esse árbitro, o trabalho de reciclagem, digamos assim, do grau de desenvolvimento que ele tem. Eu considero, sinceramente, Kajuru, que um árbitro, na primeira rodada, ficar afastado por 30 dias, foi... No caso do Andre, que é um árbitro extremamente promissor – extremamente promissor –, um árbitro com muita qualidade, acredito, sim, que foi o suficiente para ele retornar. Ele está escalado novamente agora, e a gente



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espera, assim como eu falei anteriormente, que o rendimento dele demonstre, passe a demonstrar que ele tem realmente esse futuro como um árbitro, do que a gente viu de potencial nele, mas tem que ser comprovado no campo de jogo, com rendimento, o.k.? Mas eu não posso, definitivamente, deixar de colocar um árbitro ou afastá-lo por um tempo a mais do que foi o necessário por uma ação que ocorreu em determinado jogo.

É isso. Eu não gosto de usar um caso específico de um jogo, porque parece que a gente quer falar... Se eu for falar do jogo, a gente vai falar de vários jogos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, mas vocês suspenderam três.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Na primeira rodada da Série A...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... foram três suspensos.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É verdade. Foi...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Logo voltando...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Realmente, Presidente, foi uma rodada que a gente não esperava.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Claro.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – E a gente realmente trabalhou muito, e, nas rodadas seguintes, o nível de arbitragem melhorou.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Melhorou. Sem dúvida.

Voltando ao Senador Portinho: fique à vontade, querido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Há um dado... Só voltando à questão dos critérios, antes... Há um dado, e que chama a atenção, inclusive o próprio John Textor coloca, e por isso que eu destaquei a minha preocupação pelo fato de só 10% apitarem na Série



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A, e queria saber se esses critérios – que são objetivos, pelo que você mostrou – explicam por que Raphael Claus e Daiane Caroline atuaram juntos em partidas... De um total de 62 apitadas pelo Claus, 20 partidas foram com os dois árbitros; ou seja: das 62, em 20 Claus apitou com Daiane.

Isso foi em 2023. Em 2022, 29 partidas foram apitadas por ele, e 8 com a Daiane: 27,5%.

Em 2023, perdão, 33 partidas foram apitadas, 12 com a Daiane.

Porque há uma repetição dessa dupla. A gente sabe que não há o sorteio, mas há escolha em audiência pública, o que é transparente, e seriam esses critérios que explicam?

Você não acha que essa concentração, além de prejudicar a participação de outros árbitros, se ela justamente não gera surpresa, porque, por acaso, os jogos de Claus e Daiane foram vários em que houve, vou dizer, discussões acerca de decisões da arbitragem.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Alguns dados corrigidos, assim, pelos números que a gente tem, que são dados oficiais da Comissão de Arbitragem: o Raphael Claus e a Daiane Muniz trabalharam em 2023 em 11 jogos da Série A. Seguido a eles, o Bráulio Machado com o Rodrigo D'Alonso apitaram em sete jogos juntos. Trabalharam, em sete jogos juntos, a mesma dupla. E, a partir disso, Anderson Daronco, com Wagner Reway, seis. Flávio Souza, com Rodrigo Guarizo, seis. E, assim, a gente vem baixando.

Por que é que o Raphael Claus e a Daiane foram o número 1 como dupla? O Raphael Claus é considerado, senão o melhor árbitro da América do Sul, um dos melhores. A Daiane Muniz, que está convocada...

O Brasil tem... Eu costumo dizer isto: o meu orgulho é a equipe de arbitragem. Nós temos – e pouca gente sabe disso, infelizmente – a maior delegação de árbitros de futebol convocados para os Jogos Olímpicos da França. Sete árbitros brasileiros estão convocados para os Jogos Olímpicos da França. Entre esses sete, quatro são mulheres. Olha isso! A maioria é mulher. E a Daiane dos Santos já participou de mundiais e vai para os Jogos Olímpicos. Ela é, destacadamente, uma árbitra assistente de vídeo do mesmo nível do Raphael Claus, e nós entendemos que, por bem... Como critério, todos os jogos... O grau de complexidade, como está escrito no documento de audiência pública, exige os melhores árbitros. Pensando nisso é que a gente tem o número final.

Eu controlo, eu tenho um controle disso, mas não é prioridade a estatística. E nem está tão diferente assim da segunda dupla, que é o Bráulio com o Rodrigo D'Alonso, que são sete.

A prerrogativa principal é o entrosamento – é o entrosamento. Tenho certeza... Infelizmente, o Senador e craque Romário não está presente, mas eu tenho certeza que a dupla Bebeto e Romário não foi feita dias antes da Copa do Mundo de 94; ela se iniciou nos Jogos Olímpicos lá de Seul.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Tanto que ele fala que foi o melhor parceiro que ele teve, não é?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – E eu tenho certeza...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Em relação ao Romário, só pra justificar, ele teve que viajar urgentemente agora para o Rio de Janeiro, em função de problemas pessoais. E, desde aqui, todos nós da Comissão desejamos Deus e saúde ao problema que ele precisa enfrentar lá.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – A gente também aqui deseja ótima sorte. Que Deus o acompanhe!

Então, o entrosamento... A FIFA preconiza que o árbitro é um esportista. O árbitro não é um administrativo no campo de jogo; não é o senhorzinho de terno, como era na década de 30. O árbitro é um esportista. Então, o rendimento e o entrosamento entre eles é vital pro trabalho em equipe. Por isso que representa o número que, na nossa visão, não é tão diferente de outras duplas que houve.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Vou pedir esses dados. É importante até pra que a gente possa rebater no próprio relatório e explicar pra que todos tenham ciência.

Mas aí eu preciso fazer uma pergunta: todos esses árbitros são da Abrafut? Há alguma preterição a árbitros da Anaf? Porque a Abrafut é uma situação recente. E eu sei porque eu vi que deu uma discussão enorme lá no STJD, e a gente está falando de escala. Minha pergunta é se todos esses, por acaso, mais escalados são da Abrafut e se há alguma preterição a árbitros da Anaf.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Vou ser muito sincero na resposta, Senador Portinho: eu não sei quais árbitros são da Abrafut e quais são da Anaf. Não é...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É melhor.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não é motivo de fazer designações.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tá. Muito obrigado.

E aí eu quero, então, entrar na questão do VAR, se me permite. A não ser, Kajuru... Se você quiser dividir comigo aqui, eu estou aqui "fominha", como dizem no futebol.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não, aqui não tem nenhum problema. Aqui é dupla Pelé e Coutinho. Não é, Coutinho? (*Risos.*) É ao contrário, você que é o Pelé.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente tem que ouvir também o Diretor de Governança daqui a pouco, correto? E depois teremos aquela reunião em relação aos lances do VAR, em outra sala por questão técnica.

Portanto, fica à vontade, Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Justamente deixei para o final as perguntas do VAR, pensando na próxima reunião, o que inclusive já deixa à vontade o nosso chefe da arbitragem, quanto a alguma questão a que ele prefira responder do que eu vá perguntar aqui.

Então, a questão do VAR é polêmica, a ponto... no mundo, não é no Brasil. Uma ferramenta tecnológica que era pra resolver o conflito do pobre árbitro lá de campo e sua mãe em todo jogo virou... parece que estendeu o conflito. Porque agora o problema é o árbitro, é o VAR, é o árbitro da cabine de VAR. E isso não é um problema do Brasil, a Inglaterra mesmo vai fazer uma votação sobre se extingue o VAR ou não. Eu tenho uma opinião pessoal que depois, ao final, eu gostaria de reportar, tendo essa oportunidade aqui; mas a verdade é que o VAR, que era para resolver, acabou virando agora um grande vilão.

E V. Sa. disse que o VAR segue todo o padrão da FIFA. E aí eu tenho uma pergunta: o observador do VAR foi criado pela FIFA?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Sim, o observador VAR é uma figura protocolar. Em realidade, o protocolo é criado pela International Football Association Board, que é quem regula a regra do jogo e envia para a FIFA aprovar e aplicar, mas, sim, é uma figura prevista no protocolo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É porque ele é recente. Só para esclarecer a quem nos assiste, originalmente, o VAR não tinha um observador, eram só os árbitros de VAR na cabine, não?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, sempre foi...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sempre teve um observador?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Sempre teve um observador e uma pessoa que nós chamamos de QM, que é *quality manager*, que é o gerente de qualidade, que é o elo entre a cabine VAR e a rede de transmissão, para que isso, para que o canal de comunicação entre o telão e quando aparece na televisão seja interligado, tá? Esse canal de comunicação entre o gerente de qualidade é único e exclusivo com a transmissão e não tem acesso a ninguém de fora e nem aos árbitros – isso é importante ser frisado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O observador tem acesso – imagino – à cabine do VAR. Ele tem acesso ao árbitro de campo também?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, ele não tem acesso ao árbitro de campo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por isso que a sua voz, a voz do observador não aparece nos áudios que são divulgados, não é? Acho que eu nunca vi o observador falando no microfone – é isso que eu quero dizer.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Na verdade, quando está tendo algum trabalho da equipe de arbitragem, o observador, como o nome já diz, tem que observar, o.k.? Ele, na verdade, é uma referência inicial para um relatório que tem que ser feito de análise do quê? Do desempenho dos árbitros. Porque como que eu vou analisar o desempenho do árbitro de vídeo, se a gente não tem a figura do observador para analisar?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O observador não fala com o árbitro do campo, mas fala – imagino – com os árbitros ali, de dentro da cabine, ou nem isso? Dúvida mesmo, não sei.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Extrema necessidade.

Dou aqui um exemplo: erro protocolar. Digamos que o árbitro de vídeo vai chamar o árbitro de campo em função de um cartão amarelo, e não está dentro do protocolo isso. O observador VAR tem como dever informá-lo de que aquele não é um procedimento protocolar, não é? Então, são pontos do protocolo como um filtro final para se evitarem erros protocolares. Somente isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou só seguir nisso, porque, numa partida... Eu vou falar de uma partida específica, só porque me pareceu... Partida Flamengo e Bragantino, com o gol do Flamengo anulado, não é? No início, o VAR vê o lance, um lance inicial que teve no meio-campo, e alguém – eu não sei se foi o de campo, ou se foi o VAR ou se foi o observador – fala: "Não houve falta. Vamos ver o lance lá na frente".

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Hã-hã.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí vê o lance, não teve impedimento, o lance foi regular, o gol foi regular. E aí alguém fala: "Volta lá no meio-campo". Minha pergunta era para saber se é o observador e se a função dele é essa.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, a função dele não é essa, e não foi ele que falou.

Um detalhe importante: o VAR... A nossa escolha por trazer o VAR aqui para vocês, Senadores, é para que vocês vejam, para que vocês ganhem intimidade com essa ferramenta.

Existe um projeto, que a gente está apresentando para o Presidente Ednaldo, do VAR itinerante: que eu possa levar o VAR, por exemplo, nos *shopping centers*. O senhor imagine um torcedor poder sentar na ferramenta e fazer o simulador de uma jogada, sendo o VAR. Essa intimidade é o que está faltando. Eu vejo ainda muitos questionamentos em função do que as pessoas não sabem. Então, existem três pessoas



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão como árbitro de vídeo: o VAR, o AVAR e o AVAR 2. Essas três pessoas é que interagem na conversação entre eles, para poder chegar a uma conclusão final de que é uma situação de revisão ou não, se ele vai recomendar uma revisão ou não para o árbitro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, nessa mesma linha, o observador, então, não tem contato nem com o árbitro de campo, nem com os árbitros da cabine, a não ser numa questão de erro de protocolo, não é?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Exato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E esse observador tem o contato com o chefe da arbitragem, da comissão de arbitragem? Ele tem contato com o...? Você tem contato com o observador?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Durante a partida? Não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso. Não, nenhum?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, nenhum contato. É proibido. Protocolarmente, isso não é permitido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essas pessoas que ficam na cabine do VAR usam celular dentro da cabine do VAR?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, não usam celular na cabine do VAR.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não têm nenhum contato com o mundo externo?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Os árbitros, não, não têm contato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Apenas esse que faz o contato com a emissora?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Isso. O gerente de qualidade é que passa a informação com a rede transmissora.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas aí é pelo celular?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, não. É um canal de áudio.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Melhor, melhor assim.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não é celular, é um canal de áudio.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – É proibido, no protocolo, o celular? É isso?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, não é que ele é proibido. Por exemplo, um celular não é tocado. O protocolo não toca no aspecto se você pode ter ou não. E aí, na verdade, nós entendemos que é importante haver um outro tipo de comunicação. Normalmente esse outro tipo de comunicação é um rádio, mas, dependendo de onde ele está ou, por exemplo, quando o VAR é centralizado na CBF, faz-se necessário ter um telefone dentro de uma cabine, sim, caso ocorra alguma necessidade técnica. O.k.?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, então tem lá.

Para quem não sabe, o VAR não fica no estádio, o VAR fica hoje numa sala na CBF.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Na Série A, sim.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, na Série A, só, então.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Por enquanto, sim, assim como é o modelo da FIFA.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas esse é um canal de comunicação externa com a cabine?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Qual canal?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse telefone que fica lá na...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, não é pra isso. Caso a comunicação do gerente de qualidade, aquele rádio que ele tem, essa linha de comunicação falhe, aí esse gerente de qualidade vai fazer o contato via celular com a transmissão. Esse é o único permitido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aconteceu em algum jogo do Campeonato Brasileiro isso?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Aconteceu.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse ano?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Esse ano? Não tenho... Porque isso é uma ocorrência e é relatada. Não tenho nenhuma ocorrência relatada de que isso aconteceu.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não houve nenhum contato, então, por esse telefone com ninguém fora da cabine?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Ninguém.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é muito importante, Senador.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é muito importante.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É muito importante a gente esclarecer, porque é uma recomendação muito forte.

E tem outro detalhe que eu gostaria de agregar a isso: é que o protocolo prevê. Dentro da cabine existe uma câmera, uma minicam, que está dentro da cabine. Quando a gente vê uma revisão ao vivo na televisão, não sei se vocês repararam, são três ângulos colocados, e um deles é a câmera que está dentro da cabine. Então, você consegue observar ali se alguém pegou alguma coisa, se alguém falou com alguém, se alguém fez algum gesto. Isso é protocolar, para dar garantias.

Um detalhe que eu vou mostrar para vocês quando a gente for ver o VAR...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Para a outra sala.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Isso, para a outra sala.

... é que eu tenho a gravação, por exemplo, de várias jogadas em que eu posso entregar para vocês o tempo todo daquela câmera. Por exemplo, uma jogada durou quatro minutos de revisão. Eu posso mostrar para vocês os quatro minutos daquela câmera interna dentro da cabine, para você se certificar que ali ninguém fez nada...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essas imagens ficam guardadas por quanto tempo?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Essas imagens... É impossível... E não é só o Brasil, ninguém no mundo consegue guardar um jogo, porque a compilação de todos os sinais é uma rede extremamente pesada. Quem é técnico sabe disso. E foi essa informação que eu tive quando eu quis guardar todos os jogos. Então, hoje o que é feito é que os cortes principais do jogo são guardados – por isso que a gente tem eles aqui –, mas o jogo completo a gente não consegue comprimir pelo peso que é.

No Brasil, por exemplo, hoje, só esse ano, são 914 jogos com VAR. O Brasil é o país do mundo – também só por curiosidade –, é o país do mundo que mais realiza jogos com VAR: 914 nesse ano.

Outra curiosidade, se eu posso tomar liberdade: das 211 associações membros da FIFA, somente 71 trabalham com VAR. E não é porque elas não querem; porque elas não têm estrutura financeira para suportar.

Então, a CBF hoje é, sim, o país que mais trabalha com VAR no mundo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Duas perguntas, sugestões até, que a gente ouviu aqui.

Vocês usam as imagens da transmissão de TV. Seria uma ferramenta a mais se os estádios, ou pelo menos aqueles da Série A, tivessem mais câmeras espalhadas pelo estádio?

E eu já digo que quem deu essa sugestão aqui foi o John Textor, que disse que ele compraria, inclusive, essas câmeras para colocar – não sei se ele estava falando do estádio dele ou em mais estádios – , para poder pegar outros ângulos que eventualmente não...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Então, assim, eu não tenho direito de colocar a carroça... Lá em São Carlos, no interior de São Paulo, de onde eu sou, a gente falava: colocar a carroça na frente dos bois. Eu não posso fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Terra de Golias, São Carlos. (*Risos.*)

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Isso, Ronald Golias, eterno Golias.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Trabalhei com ele.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É. Excelente pessoa, são-carlense.

Eu não posso inverter a ordem. Não sou eu que determino o modelo VAR. Quem determina o modelo VAR é a FIFA. Eu posso, caso as pessoas do futebol do Brasil queiram, solicitar coisas à FIFA. Eu tenho esse caminho, inclusive por ser Presidente, membro da Comissão de Arbitragem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A outra sugestão, ontem, discutindo – e aí eu disse que falaria no final a minha opinião sobre o VAR... Eu aprendi sempre que – e ainda dizem que é assim – a última decisão é sempre do árbitro. Aquele tumulto de palpite... Desculpa, eu acho que tem muito palpite da cabine do VAR que chega ao campo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Às vezes todos falando ao mesmo tempo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Todos. Ainda tem o coitado do árbitro com o jogador no pé do ouvido, xingando e falando... A gente vê isso nos áudios.

A Leila ontem – e eu já tinha ouvido isso –, é apenas uma sugestão, e eu gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A Leila Pereira, Presidente do Palmeiras, porque senão alguém pode achar que é a Leila do Vôlei.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso. Eu queria saber só a sua opinião, Wilson. Ela disse que talvez o mais importante fosse que tivesse – até usou o termo – garotos, jovens, que fossem treinados em tecnologia para a operação, e aí eu emendei e perguntei se, para acabar com essa "palpitação" que fica ali, "volta ali, vai pra lá, não, agora volta", porque isso aí é o que dá muitas vezes a dúvida... O caso do Flamengo e Bragantino foi isso, para mim foi "palpitação", porque o próprio árbitro do VAR já tinha dito: "Não houve falta, vamos ver o lance lá na frente". Aí um outro, depois de ver o lance lá na frente, falou: "Não, não, não, volta lá porque eu acho que houve falta". Poxa! E quem decide no final é o árbitro. Então, a ideia de ter técnicos que fragmentassem as imagens apenas para mandar para o campo e o árbitro tomar a decisão seria recomendada? Ou é importante que tenha árbitros com formação de árbitro dentro da cabine do VAR?

A gente vai dizer que a FIFA diz que é assim e tal, mas o que está acontecendo na minha opinião é uma interferência da cabine do VAR além do que ela pode, do que a FIFA autoriza, na decisão da arbitragem. O lance do Adryelson, para ser bem claro e objetivo, depois eu vou pedir até para passar, porque ali houve, na minha opinião, por erro, ou erro de manipulação, houve a manipulação das imagens na expulsão do Adryelson. O coitado do árbitro do campo falava: "Mas ele pegou primeiro na bola? Ele chegou primeiro na bola?". E mandavam para ele imagens e não mandaram duas câmeras – isso é um fato, não mandaram –, uma delas que via que o Adryelson chegou muito antes do jogador do Palmeiras na bola.

E aí é o que eu digo: das denúncias do Textor, para mim a mais grave é essa. E eu vou pedir, inclusive, para a gente passar, até porque ontem ele botou no Twitter, então a gente está autorizado aqui, e não em reunião secreta, a exibir, porque ali houve manipulação. Ou seja, os fragmentos de imagem que a cabine do VAR viu não foram todos que foram enviados para a arbitragem.

Se a gente tiver aí e puder botar, eu agradeço, para depois ouvir a sua resposta, Seneme, primeiro sobre a ideia da Leila, e sobre a minha, de que a decisão fique com o árbitro. E queria saber sobre esse caso, que para mim é muito grave, de tudo que ele apresentou, teve no final, vocês vão ver...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pra mim foi a única coisa grave que ele apresentou.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, teve a linha do Vasco, que eu acho que essa daí o Seneme vai mostrar, do Vasco e Palmeiras, uma linha torta, mas essa daí, isso foi divulgado pelo Textor ontem, por isso sinto que estamos autorizados a exibir.

Por favor. E deixo claro que os comentários são do Textor, não são meus, mas reproduzo o que ele disse aqui.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí é que entra a "palpitação" de que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tem mais imagem?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Tem. A gente vai até o final, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – O Kajuru é democrático, hein? Hoje você está chegando a quase uma hora para pergunta.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que ele diz é que nenhuma das condições foi atendida, a posse e o controle de bola, principalmente.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí é que há a questão principal.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Essa imagem foi suprimida do árbitro de campo. Se o árbitro de campo tivesse acesso a essa imagem, a decisão dele seria completamente diferente. Então, não estou dizendo que é manipulação de resultado, manipulação por interesse político, pode ter sido só um erro, mas o conjunto de imagens a que o VAR teve acesso não foi esse fragmento encaminhado para o árbitro do campo, e nisso, pra mim, tem materialidade. Inclusive, deveria ser a preocupação de todos os clubes do Brasil, porque agora eu deixo sob suspeita, vendo isso – e a gente já tinha visto antes aqui –, se de todas as imagens que a cabine do VAR enxerga os fragmentos são transmitidos. E aí é que vai na questão que a Leila Pereira disse ontem. Não era melhor, em vez de ter um bando de palpiteiro, com todo o respeito à profissão da arbitragem e aos árbitros, nem os conheço... Mas esse aí, pelo menos, esses do VAR atrapalharam o árbitro de campo – atrapalharam. E pior que atrapalhar: eles omitiram a imagem que era determinante para a decisão correta, que estava correta desde o início, do árbitro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Isso é manipulação de imagem. E isso, pra mim, Seneme, foi a coisa mais séria e que justifica... Quando eu falo que é indício, isso justifica uma investigação ser aberta pelo Ministério Público. Estou deixando bem claro, porque vou no



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório pedir, porque a imagem foi suprimida. E olha só, o árbitro já tem tanta dificuldade, ele acertou de primeira, aí vem um bando de palpiteiro da cabine, aí fala o árbitro VAR 1, aí fala o VAR 2, aí manda voltar, ficam mandando a mesma imagem repetidamente, ele perguntando: "Mas ele tocou primeiro na bola?", mas mandam a mesma imagem. A imagem que precisavam mandar, única, se tivesse uma, embora eles devam mandar todas, era aquela final.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – E você me permite, Presidente? Essa imagem...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Senador Eduardo Girão, que estava numa reunião externa e, como sempre presente, para justificar o seu apelido de Senador Padre, vai em todas as missas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Obrigado. Então, Dr. Seneme, o que me preocupa nisso é que essa imagem estava sempre lá. Isso é que é escandaloso, no meu modo de entender.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Escandaloso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E a torcida – eu me coloco como torcedor também – não teve acesso a essas imagens durante a transmissão, só foi revelada depois.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É porque ela só tem a imagem da decisão final, que foi a primeira repetidamente enviada.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Exatamente. Então foi uma lavagem cerebral ali para mostrar que esse lance estava normal e depois a verdade veio à tona.

Então, eu acredito que as imagens devem ser disponibilizadas, pelo princípio da transparência – fica aqui a minha recomendação –, para todo mundo, para os árbitros decidirem e para a torcida que está assistindo também ver na transmissão, porque é gravíssimo isso, isso é de uma manipulação de imagens, e eu concordo com o Senador Portinho, acho que tem que pedir investigação desse caso, porque é muito emblemático, é algo que deixa o torcedor: "Pô, eu estou assistindo a que aqui? Estão me suprimindo o quê? Estão me tirando que lance?". Então induziu ao erro, todo mundo aí.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu só queria pedir a permissão aos dois companheiros e amigos pessoais, Senadores Portinho e Girão, e antes da resposta que o Portinho espera do Sr. Wilson Seneme, para trazer aqui – como a gente estabeleceu que haveria democracia das nossas opiniões nesta CPI – um comentário publicado agora mesmo pelo UOL, de um jornalista, para mim, consagrado em todo o Brasil, e eu vou trazer aqui as suas palavras.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para ele, Jonh Textor deu um tiro no pé ao divulgar publicamente vídeo para mostrar suposta manipulação do VAR no lance que causa a expulsão do jogador Adryelson na partida] entre Botafogo e Palmeiras, ano passado, que terminou com a derrota do clube carioca em casa depois de estar vencendo por 3 a 0.

O insuspeito e irretocável jornalista Juca Kfourri, em coluna agora no UOL, afirma que o vídeo mostra que o CEO da SAF do Botafogo do Rio pouco entende de futebol – abro aspas –:

Porque ele se contenta com o toque primeiramente na bola do defensor botafoguense e omite o pé que, na sequência, atinge o atacante palmeirense, além do puxão subsequente na camisa de Breno Lopes.

Segue o comentário de Juca Kfourri:

A discussão se era ou não um lance claro de possibilidade de gol até cabe, mas não é nisso que Textor se apega.

E a interpretação de que sim, era lance de manifesta chance de gol também é cabível, até porque a posse da bola permitiria o passe ao companheiro que corria a seu lado.

Daí a ver manipulação, desonestidade, vai distância abissal, tão grande como a ignorância do empresário americano sobre as coisas do futebol [opinião de Juca Kfourri].

Explicar por que seu time, vencendo por 3 a 1, aos 28 minutos do segundo tempo, quando aconteceu a expulsão, não foi capaz de manter a vitória, e tomar de 4 a 3, ele não explica [fecho aspas].

Comentário do jornalista Juca Kfourri, que eu queria apresentar aqui...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, na verdade, Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... e com que eu concordo, com todo respeito a vocês que discordarem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não... Eu não tenho... Desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu concordo com o Juca Kfourri 100%.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu não tenho que concordar ou discordar, aliás, eu não tenho que concordar ou discordar de decisão nenhuma de árbitro. O que eu estou discutindo aqui é a manipulação de imagem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, que vale a investigação.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Se ele tivesse aquela última imagem e tivesse tomado a mesma decisão, a discussão seria essa, a discussão de mesa de bar, que todo dia os coitados dos árbitros sofrem. Se o árbitro acertou, errou, numa fração de segundo, se o cara do VAR atrapalhou a decisão, isso é discussão de bar. Eu estou querendo discutir aqui a materialidade, Seneme. Desculpa, mas a ausência daquele último lance influenciou e, agora, o que me preocupa é por que não foi para o campo essa imagem, já que as câmeras tinham.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Muito bem. Mais uma vez, eu tenho que voltar a alguns pontos que são importantes.

O primeiro é que todo o processo de capacitação dos árbitros segue uma norma dada pela FIFA. É como o brevê de um piloto. Nenhum piloto pode voar sem ter brevê. E nenhum VAR pode pilotar a cabine sem ter a sua certificação, que é dada pela FIFA, de um longo período de trabalho se capacitando pra estar ali dentro. Não é nenhuma pessoa leiga que está ali dentro. Esse é o ponto 1, o.k.? Aqueles árbitros que estavam ali são extremamente preparados, inclusive internacionais, com experiências internacionais.

Ponto 2: na nossa visão, experiência e conhecimento como membro de Comissão de Arbitragem da FIFA e Presidente da Comissão de Arbitragem da Conmebol por seis anos, eu tenho elementos na situação que caracterizam uma oportunidade de gol e uma falta marcada. É uma situação interpretativa e não factual, como diz o VAR, mas, sim, há elementos para isso, o.k.?

O uso de câmeras, digamos assim, protocolarmente, pelos róis de função, um árbitro de vídeo não está obrigado a mostrar para o árbitro de campo todos os ângulos que estão na cabine nem todos os ângulos que ele visualizou, até porque o trabalho que um...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então ele pode escolher o que ele manda para o árbitro do campo?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Ele pode escolher.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas isso é muito grave, Seneme.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Mas é um protocolo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, mas isso é a vontade discricionária do árbitro da cabine do VAR. Isso é muito sério, Seneme. Eu estou falando isso para o bem do futebol. Isso já aconteceu, ninguém vai voltar campeonato. Não estou dizendo se houve manipulação... Não entro em clubismo, mas você dizer que a cabine do VAR não é obrigada a mandar todos os lances pra elucidação do árbitro do campo?! Isso é seriíssimo! Isso torna ainda mais séria a necessidade de investigação dessa partida. E não tem nada a ver com Palmeiras, querer beneficiar ou prejudicar. Não tem nada a ver com a interpretação de novo. Pode ter interpretação e justificar como ela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quiser. Isso é pra quem entende, que são vocês. Agora, o árbitro do VAR escolher o que ele manda pro campo?! Então, com toda a sinceridade, é melhor a sugestão da Leila Pereira: põe um técnico ali de tecnologia de informática, ele pega o lance, fragmenta e manda pro árbitro do campo decidir. Porque isso é manipulação, isso induz! E, se isso – como eu falei – aconteceu nessa partida, eu estou vendo que acontece em outras, porque ele pode fazer isto – o árbitro do VAR –: mandar as imagens que ele quiser.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Eu não terminei a minha fala em relação a isso. Existe algo muito importante entre o que eu estava falando e o que V. Exa. citou, que ele é que manda as imagens, não é obrigado a enviar todas. Existe um término desse meu segmento de fala. O árbitro, quando vai à zona de revisão, como foi o Braulio...

E aqui fica um parêntese em relação ao Braulio Machado. O Braulio Machado é um dos poucos árbitros do mundo da FIFA que trabalhou como árbitro da FIFA no campo e trabalhou como árbitro da FIFA na cabine VAR. No Mundial Sub-17, que foi realizado aqui em Brasília, em que o Brasil foi campeão, eu estava presente assistindo à final, fiquei muito feliz de ver o Brasil campeão novamente, com o técnico Guilherme, que é da minha cidade, que jogou futebol comigo... Ver o Guilherme sendo campeão me deixou bastante feliz. E o Braulio Machado, naquela edição do mundial, era um árbitro de vídeo. Então, o Braulio Machado, especificamente dessa jogada, é o árbitro de campo mais preparado que há no quadro da CBF para analisar uma jogada na área de revisão.

Então, quando ele vai lá... E assim é o protocolo FIFA. As imagens que o árbitro de vídeo proporciona a ele não são últimas e nem definitivas. E o protocolo é muito claro nisso, quando estabelece que, quando o árbitro está na zona de revisão, ele passa a ser o VAR. E aí vem a minha segurança de que o Braulio Machado tem qualidade pra isso, porque ele tem *expertise* em ser VAR. Então, quando o Braulio Machado... E é ouvido isto. Eu ouvi, eu escutei o Braulio Machado pedindo outras câmeras. Eu escutei o Braulio Machado pedindo: "Cabine, me escuta?". E ele demonstrando: "Eu vou voltar com o cartão vermelho, porque cumpre as quatro situações de DOGSO". É uma decisão, na minha interpretação, na minha visão, com a experiência que eu tenho, que eu analisei profundamente essa ação...

Não há nenhuma caracterização que não seja a regra do jogo sendo cumprida e o protocolo VAR sendo cumprido.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas como é que ele ia pedir uma imagem... Ele pediu umas imagens, e mandaram aquelas de frente. Se ele não sabe que tem a última, como é que ele vai pedir o que ele não sabe? Ele pode ser experiente em cabine de VAR. E, aliás, até me preocupou, porque, se ele é o único experiente e é discricionário da cabine enviar as imagens que querem, então, em vários jogos pode estar havendo a manipulação do envio de imagens para o campo. Como é que o Braulio, excelente árbitro – estava certo, estava completamente certo, e aí é interpretação... mas eu acho, todo mundo aqui deu pitaco, eu também acho –, agora, como é que ele vai saber que omitiram dele essa câmera? Isso é inexplicável e isso tem que ser apurado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Só para entender, ele pediu a câmera, ele pediu outras câmeras, foi isso?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Sim, senhor.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E foi negado para ele?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Não, foi dada a câmera.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas nesse ângulo não.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – O protocolo VAR da FIFA estabelece que um árbitro, para tomar uma decisão, não tem a obrigatoriedade de checar todas as câmeras, senão o jogo vai ficar interrompido por muito tempo. Ele tem disponível...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Mas, se ele pede a câmera, por que é que não mandam todas as câmeras?

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Não, mas não é assim o trabalho do VAR; não é assim que ele funciona.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desculpa, Seneme, eu estou satisfeito e eu estou aqui... Não sei nem se você tinha conhecimento, porque isso foi revelado ontem publicamente, a gente já sabia, e, quando eu disse que havia indícios... Eu não estou me referindo ao comportamento do atleta de São Paulo contra Palmeiras, de que isso não tem cruzamento com a aposta, a gente não tem como identificar. Eu mostrei aqui, o André entregou uma Libertadores num erro que talvez ele nunca mais cometa, porque é um grande jogador, ninguém suspeita. Negócio de inteligência artificial, se não tiver cruzamento com o Sportradar, com a aposta, ela é complementar, deixando claro, ela não é a prova, e aí foi o erro, é indício. Mas, isso aqui, isso é materialidade. E, depois, o que eu quero ver, porque essa não está exibida ali, é a questão que me explica a questão da linha de impedimento de Vasco e Palmeiras.

Com relação a isso aí, eu estou absolutamente satisfeito.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Senador, desculpa.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É por isso que, para mim, o melhor momento da oitiva da Presidente do Palmeiras, Leila Pereira, ontem, foi quando ela falou do VAR.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E eu acho que ela está certa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É por isso que eu estou dizendo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aliás, ela respondeu a uma pergunta, Seneme, que na audiência pública que a gente fez aqui a gente levou como sugestão, e fica também, até mudando de assunto, para saber a sua opinião, que era o aproveitamento de ex-árbitros, árbitros de quadros da FIFA, lá na cabine do VAR, que tenham experiência. E ela acha que não é o mais importante. A Leila Pereira acha que o mais importante é que tenha um menino que entenda de tecnologia para mandar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Mais jovem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... mais jovem, porque os jovens entendem mais do que eu, do que a maioria...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De tecnologia, não é?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ...para mandar as imagens para o campo e o árbitro toma a decisão. É lógico que isso depende de FIFA, mas, como a Inglaterra está também discutindo isso, fica.

Agora, dentro do que pode hoje, você acha que o aproveitamento de ex-árbitros poderia qualificar, até para aqueles que estão em formação no VAR, ter um companheiro, ex-árbitros, que não conseguem mais correr o campo pela idade ou pela regra lá da arbitragem da FIFA, ele poder ser aproveitado na cabine do VAR, até para estender a longevidade da carreira dele?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu até trocaria, permita-me, irmão Portinho, a palavra qualificar por credibilizar.

Seneme, à vontade.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Sim, essa previsão está no protocolo, de que ex-árbitros possam ser trabalhados. O grande dificultador é que, às vezes, um ex-árbitro está muito longe da arbitragem há muito tempo. Então, a gente tem que atualizá-lo.

Mas eu tomei nota e vou me comprometer a trabalhar no sentido de ver se existem pessoas com capacidade para isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Inclusive para a longevidade dos árbitros.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Com certeza.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Têm a carreira curta, mais curta até do que atletas, se não estou enganado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu estou lembrando de "a regra é clara", Arnaldo Cezar Coelho.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – E outra sugestão, Dr. Wilson Seneme, que eu acho que ajudaria no processo de transparência – quanto mais transparência melhor –: no próprio *site* da CBF, que é um *site* muito acessado pelos brasileiros, pela tradição da entidade e tudo, que se pudesse ter lá um *link*, que você pudesse acompanhar essas imagens, que o torcedor pudesse acompanhar exatamente os ângulos em que ocorreu isso. Eu acredito que isso vai dar mais credibilidade, vai dar mais transparência.

É uma sugestão que eu deixo aqui, em nome do futebol brasileiro, da proteção dele.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – A gente agradece, Senador. Só comentando, já há um *link* estabelecido no *site* da CBF, onde constam jogadas do Brasil todo, dos campeonatos brasileiros. Já ultrapassa o número de 900 exibições, que estão à disposição no *site* da CBF, para quem quiser ver e escutar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Qual o *site*?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – CBF.com.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Mas eu sugiro todos os ângulos. Essa é a minha sugestão.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – O.k. Está anotado, Senador. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu só quero...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Só um último comentário.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não. Tudo bem. Só pedi aqui o agradecimento pela paciência do nosso querido Hélio Santos Menezes Júnior, que é Diretor de Governança e Conformidade da Confederação Brasileira de Futebol. Ele tem o seu espaço aqui também para falar, e depois nós temos a sequência, na sala, para discutirmos os lances que vamos ver sobre essa polêmica, essa palavra VAR, que, às vezes, eu a troco por "VAR te catar". (*Risos.*)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Só um último detalhe dessa câmera última, Senador Portinho. A falta não se caracterizou no momento em que termina a imagem ali. A falta se caracteriza na sequência em que o jogador do Botafogo toca a bola; não é naquela imagem específica. É a mesma câmera, só que a gente vai mostrar lá, depois, que é na sequência da jogada, está bom?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tudo bem, mas o fato de a cabine do VAR enviar para o campo o que ela quer me preocupou demasiadamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, eu queria chamar aqui a atenção de todos e todas para uma reportagem publicada agora mesmo no GE, o *site* de esportes da Globo. Ele detalha fatos que levaram à investigação, na Inglaterra, do brasileiro Lucas Paquetá, jogador do West Ham e da nossa seleção.

A bandeira vermelha foi acionada em 12 de março de 2022, com enorme movimento em Duque de Caxias, Rio de Janeiro, de aposta casada para os cartões amarelos de Lucas Paquetá, no jogo entre o West Ham, 1; Aston Villa, 1; e Luiz Henrique, no jogo entre Vila Real e Real Betis. A movimentação chamou ainda mais atenção por se dar na casa de apostas Betway, patrocinadora de quem? Do time West Ham, que tem pequena operação no Brasil e concentrada em São Paulo.

Foram detectadas, em Duque de Caxias, sete apostas casadas, para que Lucas Paquetá e Luiz Henrique fossem advertidos em seus jogos, o que acabou acontecendo.

A partir daí, foram identificados mais três jogos com características similares de apostas em cartões amarelos do meia da seleção brasileira contra o Leeds United e o Leicester City e também o Bournemouth.

Segundo o GE (Globo Esporte), o resultado das investigações consta de um documento de mais de 2 mil páginas, entregue pela Federação Inglesa ao comitê independente, que vai decidir sobre a inocência ou a culpa do jogador brasileiro.

Para concluir aqui, sem prejudicar e sem entrar no mérito do que vai acontecer, é um caso, Senadores, que vale como alerta para os atletas e que exige de todos os que amam o futebol o empenho na busca de mecanismos que possam evitar situações parecidas no futuro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Já vale a nossa CPI ouvir isso, porque é isso que a gente está buscando desde o primeiro dia, é aperfeiçoar.

E aí, só para... Eu estou fominha, Girão, mas a última pergunta, porque isso é importante... (*Risos.*)

A Comissão de Arbitragem e a CBF têm algum canal para denúncia de terceiros, de clubes, de qualquer um?

A pessoa soube que a família do árbitro estava lá, apostando, na Ilha de Paquetá. Ela denuncia para quem?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – São dois canais diferentes. Seria praticamente impossível para a Comissão de Arbitragem que todo torcedor... Que nós recebêssemos diretamente toda crítica de torcedor seria praticamente impossível. Então, existe o canal da ouvidoria da CBF para esses casos, e existe, sim, a ouvidoria da arbitragem, que recebe... É um canal de denúncia de árbitros, clubes, federações, de todos os segmentos ligados ao futebol.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tem um *e-mail*?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Tem um *e-mail*.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual é o *e-mail*?

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não precisa. Eu também já esqueci. Foi falado na última. Era só para deixar claro que esse canal não é muito, muito acessível...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É um tamanho enorme...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É compliancecbf@xpto...

O SR. WILSON LUIZ SENEME – É que é um...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ou seja: eu só quis reforçar que não existe um canal acessível...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tipo cbf.com, né?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É tipo SAC.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – SAC da CBF.

O SR. WILSON LUIZ SENEME – Diretamente aos clubes e às federações, sim. Tá?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Isso é igual o sujeito chamar Jorge Kajuru Reis da Costa Nasser. Seria melhor Kajuru. Pronto, acabou. (*Risos.*)

Bom, gente, então vamos para a nossa conclusão aqui, e, depois, na sala...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, eu tenho umas perguntinhas aí. Se o senhor me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sim, mas primeiro eu preciso apresentá-lo. Pode ser?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Claro. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E aí eu darei o direito a você, Girão, de ser o primeiro a perguntar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, mas é para o Seneme, tá? As perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Aí você pode fazer pingue-pongue. Pode ser? Só porque...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá. Depois. Tá.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele está aqui há três horas.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Né? Correto? Só para ser justo – e você é justo.

E, depois, iremos para outra sala, para discutirmos lances sobre o VAR.

Bem, o Sr. Hélio Santos Menezes Junior tem a sua explanação inicial pelo tempo de dez minutos, com a devida tolerância, como Diretor de Governança e Conformidade, da Confederação Brasileira de Futebol.

E agradeço a sua paciência de Jó. Aliás, eu acho que o Jó era afobado perto do senhor.

O SR. HÉLIO SANTOS MENEZES JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero inicialmente cumprimentar V. Exa., Presidente desta CPI, os Senadores aqui presentes, o Senador Portinho e o Senador Girão; e apresentar também os votos para que o Senador Romário tenha sorte aí em relação ao assunto que o fez sair mais cedo desta reunião.

Enfim, de qualquer maneira... E ao Senado, de uma maneira geral, queremos antecipadamente apresentar os nossos agradecimentos pela instalação desta CPI, porque – creiam V. Exas. – é para a CBF, sim, uma oportunidade e um momento para que este assunto tão tumultuoso possa ser debatido. Do debate assim proveitoso se extraem experiências, informações e ele, sobretudo, ressalta a necessidade de correção de rumos. Esse é o propósito, e, para isso, a CBF está sempre aberta e receberá com todo o prazer e com todo o... sobretudo boa vontade qualquer tipo de informação e, sobretudo, orientação que emanar desta Casa após o trabalho desta CPI. Quer também mencionar o seu direito, a sua vontade de colaborar com toda atividade que aqui for desenvolvida. Presidente, de maneira muito conclusiva, a CBF quer estar ao lado de V. Exas. e apresentar toda e qualquer informação ou documento ou o que for necessário para colaborar com os trabalhos de V. Exas.

Bom, em relação ao tema – e porque, de fato, como V. Exa. mencionou, já foi consumido muito tempo –, eu vou fazer apenas aqui uma brevíssima apresentação – não vou consumir sequer os dez minutos –, apenas para explanar a V. Exas. aquelas que são as providências que têm sido adotadas pela CBF para o combate disso que nós chamamos de uma chaga no futebol – que não é. Aliás, perdoem-me, no esporte, porque não atinge apenas o futebol, mas todas as modalidades esportivas e em todo o mundo. Infelizmente, são decorrências do mundo moderno e, por isso, nós temos que estar preparados e fazer aquilo que é possível para minimizar os seus impactos, se não mesmo os eliminar.

Mas, em relação às providências, que aí é o aspecto mais vinculado à CBF, diretamente em relação ao futebol e ao que lhe cabe – e porque estamos aqui para esse propósito –, eu vou fazer aqui a menção a V. Exas. daquelas que estão sendo adotadas, que estão sendo promovidas pela CBF ao longo dos últimos dois anos, que é o período da gestão do Presidente Ednaldo e da direção que o acompanha.

São elas, portanto: reforço da estrutura do futebol com a criação da unidade de integridade, chefiada por Eduardo Gussem, ex-Procurador-Geral de Justiça, com elevada competência e experiência, um homem que tem um conhecimento vasto na atividade para a qual foi especificamente contratado, a partir do mês de dezembro do ano passado; a CBF também celebrou com a SIGA, que é a Aliança Global pela Integridade do Esporte, com sede na Suíça, um acordo de cooperação, pelo qual haverá... houve já, melhor dizendo, e vai ser implantado ao longo do tempo, a adesão a padrões internacionais de integridade e de regulação da matéria de combate... da matéria em relação à manipulação de resultados, bem como a verificação e a metrificação, pela SIGA, da própria atuação da CBF e a realização de estudos sobre o assunto.

Ainda e adicionalmente, a CBF também celebrou um acordo de cooperação com a ICSS, que é o Centro Internacional para a Segurança do Esporte, com sede também na Suíça, cujo objeto é um amplo programa educacional a ser ministrado pelo ICSS no Brasil para a formação de não menos do que mil



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oficiais de integridade para atuação em todas as esferas do futebol brasileiro. O objetivo é formar pessoas que terão a capacidade e o discernimento para atuar tanto na área preventiva, quanto também na orientação e na repressão, identificação e repressão a qualquer tipo de manipulação de resultados.

Também a CBF, nesse período, manteve contato com o Ministério da Justiça, por intermédio do qual foi apresentado, solicitado e, assim, apresentado pelo então Ministro Flávio Dino o Delegado Daniel Colla, que passou a ser o ponto focal da relação da CBF com a Polícia Federal, com vistas à aproximação e fornecimento de informações, documentos e quaisquer dados necessários para que a Polícia Federal possa implementar a sua pesquisa, a sua investigação e identificar aquelas pessoas responsáveis por eventuais ilícitos criminais, que representam, sim, a manipulação de resultados no futebol. Esse delegado tem feito um trabalho de extrema aproximação com a Diretoria de Competições da CBF, bem assim com a Unidade de Integridade, e também a ele foi fornecido – imaginem os senhores – até login e senha, para que ele possa, diretamente e a qualquer momento, acessar um programa com que a CBF controla todas as informações e documentos relacionados a quaisquer eventos vinculados à manipulação de resultados. Por exemplo, quando a CBF recebe da Sportradar os relatórios nos quais são apontadas situações em que há um possível evento de manipulação de resultado, imediatamente a Polícia Federal, dentre outras unidades às quais mais adiante me referirei, é acionada, e tem a Polícia Federal a oportunidade de obter todas as demais informações e documentos diretamente retirados do *site* ou do programa Monday, que a CBF mantém.

Além desse acordo com o Ministério da Justiça e a Polícia Federal, também a CBF tem uma atuação colaborativa com o Ministério Público da União e dos Estados, com vista também a igual fornecimento de informações para que venham a amparar e aparelhar a atuação daqueles Ministérios Públicos.

Houve a criação, de forma inédita, pela CBF, de um escritório de representação junto à FIFA. Esse escritório, além de projetos de diversas naturezas, serve também para que haja essa aproximação e haja, sobretudo, a interação imediata com quaisquer informações, dados e, sobretudo, orientações técnicas que a FIFA possa emanar para os seus filiados.

No particular, a CBF tem, portanto, o privilégio de ser, inclusive, a única das 211 filiadas a ter uma pessoa que trabalha diretamente na sede da FIFA e, portanto, obtém, interage e debate toda essa informação, essa gama de informações, subsidiando, portanto, os trabalhos que aqui são realizados.

Além disso, a CBF mantém um estreito relacionamento com a Conmebol e a própria FIFA, promovendo troca de informações, experiências e debates sobre todas as medidas implantadas, como a criação da própria unidade de integridade, que foi resultado dessa interação mantida com essas duas organizações mundiais.

Especialmente, a CBF também tem realizado palestras para jogadores, treinadores e árbitros de futebol. Por ocasião inclusive recente, na execução dos conselhos técnicos das quatro séries do Campeonato Brasileiro, houve a apresentação de uma palestra que, entre outros assuntos, houve o destaque específico



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a questão da integridade no futebol e da manipulação de resultado. E isso alcançou, senhores, não somente atletas, dirigentes das federações e dos clubes, mas também os árbitros. E esse assunto foi levado, portanto, inclusive com a menção ao fato de que a CBF, de maneira inédita também, inseriu no seu regulamento geral de competições regras específicas, aos quais me referirei em breve.

(Soa a campanha.)

O SR. HÉLIO SANTOS MENEZES JÚNIOR – Peço a V. Exa. aqui um pouco mais de minutos.

Além dessa menção, a CBF, também com o propósito de ampliar a pesquisa, o trabalho e a contenção dessa chaga a que me referi, sobre a manipulação de resultados, mantém contrato com a Sportradar e ampliou substancialmente o espectro desse contrato, porque hoje a CBF mantém o controle de todas as partidas, não somente dos campeonatos que ela realiza e organiza, mas também os campeonatos estaduais, fornecendo às entidades, às federações estaduais, aos tribunais de Justiça estaduais, aos Ministérios Públicos estaduais, todas as informações e os relatórios apresentados onde há eventual suspeita de manipulação de resultado.

A CBF ainda dispõe do seu código de ética – e o seu estatuto social –, no qual tem previsão expressa sobre a necessidade do jogo limpo. O jogo limpo é o que rege a sua atuação. E isso são providências e regras que são inseridas justamente na busca de encontrar, com o *compliance* necessário, e transmitir de maneira eficaz para todos os atores em torno do futebol as informações, o controle e, sobretudo, as consequências que podem advir de erros e ilícitos praticados por essas pessoas.

Por fim, eminentes desembargadores – perdão, Senadores –, houve a solicitação formal de adesão do Brasil à Convenção de Macolin, que aqui, mais uma vez, enfatizo como sendo absolutamente necessária, haja vista que é um instrumento legal que tipifica ações, que identifica modelos, atitudes e, mais do que tudo, prevê as consequências e punições. Hoje, infelizmente, há uma lacuna na legislação brasileira que impede, muitas vezes, que haja uma devida apuração e a própria persecução, e, finalmente, a responsabilização de determinadas pessoas que participam desse ilícito.

Assim, então, em rápidas pinceladas, essas são algumas das atitudes que a CBF tem adotado ao longo dos últimos anos para o controle e a prevenção da manipulação de resultado.

Diante disso, e pelo passar do tempo, eu me coloco à disposição de V. Exas. para aqui responder àqueles questionamentos que estiverem ao nosso conhecimento e ao nosso alcance.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agradecemos a objetividade de sua explanação inicial e proveitosa de ser ouvida, Sr. Hélio Santos Menezes, Diretor de Governança e Conformidade da Confederação Brasileira de Futebol.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor está à disposição dos Senadores que desejarem fazer suas colocações.

E eu prometi que o primeiro seria ele, o cearense...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... e torcedor do Ceará, aliás, Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Do Fortaleza. Não me complique, do Fortaleza. (*Risos.*)

Presidente, eu vou fazer em bloco as perguntas, porque eu tenho que pegar um voo daqui a pouco – vou ter que sair antes, pedindo licença –, mas eu quero, em primeiro lugar, dar as boas-vindas tanto ao Sr. Wilson Luiz Seneme como também ao Sr. Hélio Santos Menezes Júnior, assim como aos seus advogados.

E vou aqui fazer esses questionamentos. Vamos começar pelo Dr. Hélio, que acabou de falar.

Ainda em 2023, o STJD decidiu pelas primeiras punições de atletas envolvidos em esquemas de apostas esportivas no Brasil. A CBF enviou solicitação à FIFA para que essas punições fossem estendidas para além do território nacional e contemplassem as 211 federações membros da entidade máxima do futebol. Os jogadores que foram punidos pelo STJD ficaram, assim, impedidos de atuar também em clubes no exterior. O grupo de atletas condenados em julho recebeu punição definitiva, ou seja, sem direito a recurso no âmbito desportivo nacional. Essa importante medida teve como base algumas das dezenas de operações dos Ministérios Públicos estaduais para coibir as fraudes em resultados.

Aliás, a gente viu que, com a regulamentação dessas *bets*, isso começou a multiplicar muito. E a gente já falou aqui, em outras CPIs, do conflito de interesse – que, para mim, é muito claro – de a CBF ter patrocinador de casa *bets*, Campeonato Brasileiro Série A e Campeonato Brasileiro Série B. Eu, como Presidente de clube que fui, do Fortaleza, em 2017, sou terminantemente contra isso. Na minha época, não existia essa questão de patrocínio, isso não tinha sido liberado. Isso foi depois. Mas eu sou contra e acho que com isso nós estamos matando a galinha dos ovos de ouro no futebol. As pessoas não sabem se estão assistindo um jogo de verdade ou combinado. E o pior de tudo isso: muitos brasileiros sendo endividados aos montes – e a gente está vendo a pontinha do *iceberg* –, R\$100 do Bolsa Família, Dr. Hélio, já são consumidos, em média, pelas apostas esportivas – do Bolsa Família! É uma tragédia social, mas a gente vai tentar conter isso aqui.

Eu pergunto para o senhor: qual o protocolo de investigação realizado pela CBF, em casos como esses que eu citei aí dessas fraudes em resultados, da punição dos atletas? Qual a relação também entre a CBF e os órgãos de persecução penal, como as polícias civis, Federal e o Ministério Público estadual e Federal? Essa é uma pergunta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta. As investigações, processamentos, julgamentos e as eventuais punições de atos de manipulação de resultados demandam um processo cuidadoso e detalhado, envolvendo a coleta de evidências, o depoimento de testemunhas e a análise técnica de partidas suspeitas. A complexidade desses casos requer uma abordagem multidisciplinar, envolvendo não apenas conhecimentos jurídicos, mas também a *expertise* de profissionais de outras áreas, como a análise de dados e a psicologia esportiva. Eu pergunto: nesse contexto, como a CBF tem visto o uso de análise de partidas de futebol por empresas como a Sportradar e a Good Game!? Até que ponto essas avaliações têm servido como prova nas investigações?

E a última, pro Dr. Hélio: nós tivemos, há algumas semanas, aqui nessa CPI a presença dos Srs. Eduardo Gussem, que o senhor acabou de mencionar, Oficial de Integridade da CBF, e Julio Avellar, Diretor de Competições da CBF. Eles citaram algumas ações da Confederação Brasileira de Futebol contra as fraudes que têm comprometido a reputação das competições dos clubes e dos atletas envolvidos. Eu pergunto: qual a relação do STJD com a CBF? Há alguma interferência da confederação nos julgamentos do STJD, já que essas entidades têm uma relação institucional muito próxima? São as perguntas.

E aproveitando aqui o embalo, pro Dr. Wilson Luiz Seneme: a manipulação de resultados de futebol não apenas subverte a essência competitiva do esporte, mas também pode configurar ilícitos civis e criminais tais como fraude e corrupção. Todas essas questões estão comprometendo a lisura do futebol, fato que pode causar graves prejuízos aos clubes. Eu pergunto pro senhor: qual a visão da Comissão de Arbitragem da CBF sobre essa questão? Porque a gente vê, inclusive, o afastamento de torcedores, enfim.

Como a comissão que o senhor preside tem enfrentado as inúmeras críticas ao sistema de árbitro de vídeo, inclusive por dirigentes de clubes, principalmente o John Textor, que foi o nosso primeiro ouvido aqui, Presidente do Botafogo? Falta melhor qualificação desses profissionais?

Outra aqui para o senhor. Vários times de futebol bem como seus atletas têm sido alvos de investigações por manipulação de resultados. O senhor tem ciência de que algum árbitro filiado à CBF já foi procurado com algum tipo de proposta criminosa? Já chegou ao conhecimento do senhor isso? Se sim, qual foi o procedimento adotado por V. Sa.? Se não, qual o protocolo a ser seguido pelos árbitros?

Outra também: a Comissão de Arbitragem da CBF promove campanhas de conscientização e a implementação de políticas de integridade entre os árbitros das categorias profissional e de amadores?

E, por último, quais são os critérios utilizados para a escolha da arbitragem para jogos de times que possuem uma maior representatividade no futebol brasileiro? E nos jogos decisivos, quais são os critérios? Existe algum tipo de discriminação desse tipo em relação às Séries, do Campeonato Brasileiro, A, B, C, enfim? Essa situação pode contribuir para a manipulação dos resultados?

São as perguntas, Sr. Presidente, agradecendo-lhe e já lhe pedindo desculpa, porque eu vou ter que sair. Se eu não conseguir ouvir todas as respostas aqui, eu vou ouvindo até o aeroporto.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Enviarei o áudio para ti e o vídeo. Pode ficar tranquilo.

Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Eu começo, então, com o Sr. Hélio, que é o Diretor de Governança e Conformidade da Confederação Brasileira de Futebol, para as suas respostas ao Senador Girão, que é Vice-Presidente desta CPI da manipulação de resultados de futebol e apostas.

O SR. HÉLIO SANTOS MENEZES JÚNIOR (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Girão, pelas perguntas. É uma oportunidade importante para esclarecermos alguns aspectos em relação ao que V. Exa. aqui traz.

A primeira das perguntas que foram formuladas por V. Exa. diz respeito à questão do protocolo que é utilizado pela CBF em caso de fraude e punição aos atletas envolvidos em manipulação de resultados.

Senador, a CBF, como mencionei mais cedo, mantém um contrato com a Sportradar, que vem a ser aquela empresa que no mundo melhor detém a tecnologia para apuração de discrepâncias em apostas esportivas. Ela tem sistemas que são postos à disposição dos seus contratantes. E a CBF, entendendo ser – aliás, na esteira do que também assim o fazem a FIFA, a Conmebol, a UEFA, a Premier League e outras tantas importantes ligas do mundo afora –, entendendo ser esta tecnologia a mais adequada, porque parte de critérios objetivos, porque identifica atividade incomum em apostas esportivas, a partir do momento em que mantém esse contrato, ampliando-o, inclusive, para alcançar um escopo maior, não somente das competições nacionais, mas também das estaduais, ela recebe da Sportradar relatórios na periodicidade das próprias partidas de futebol. Na medida em que aconteçam, imediatamente a Sportradar manda o relatório, e esse relatório é imediatamente compartilhado com uma série de entidades que são responsáveis pela apuração do fato.

Com isso, eu quero aqui abrir um parêntese para dizer a V. Exa. o seguinte: a CBF não detém poder de polícia, a CBF é uma associação privada. E, nessa circunstância, ela não tem capacidade de promover investigações, requerer provas, por exemplo, quebra de sigilos, que é um dos elementos mais importantes em situações do gênero. E, nessa circunstância, ela encaminha para quem tenha, se não totalmente, parte dos poderes, e assim me refiro ao Ministério Público, à Polícia Federal, ao STJD, à Comissão de Ética do Futebol Brasileiro e a todas aquelas... Se houver uma disputa estadual, manda-se para as federações estaduais, manda para o Tribunal de Justiça estadual, manda-se para o Ministério Público estadual e assim encaminha, imediatamente ao seu recebimento, para essa entidade, que assim promove a investigação. Esse é o protocolo do qual se vale a CBF nos limites da sua atuação institucional.

A segunda pergunta de V. Exa. diz respeito... *(Pausa.)*



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... à relação da CBF com os órgãos de persecução penal. É essa a que me refiro, a que acabei de me referir. A CBF subsidia os órgãos, a Polícia Federal, a Polícia Civil, os Ministérios Públicos, com os elementos de que dispõe, seja esse que inicialmente dispara a análise e a providência que lhes compete, seja em relação, futuramente, a qualquer elemento adicional de informação ou documental que requeiram esses órgãos.

A terceira pergunta de V. Exa... (*Pausa.*)

Como a CBF tem visto o uso de análise de partidas de futebol por empresas como Sportradar e Good Game!? E até que ponto essas avaliações têm servido como prova?

Já também acabei de me referir a V. Exa., os relatórios da Sportradar são uma prova importante, relevante, eles identificam as discrepâncias. Sempre que houver uma abordagem incomum de aposta sobre determinadas partidas fora de um padrão de normalidade, isso imediatamente ressalta, acende a luz vermelha, gera um relatório que envolve uma série de outros aspectos e detalhes que são encaminhados e, por isso, subsidia a investigação.

Não utiliza a CBF a tecnologia de inteligência artificial com base na análise comportamental. Porque, como já aqui fartamente mencionado, inclusive em recente manifestação no Conselho da Europa, foi concluído que não pode se constituir, pelo menos isoladamente, num elemento de prova. E se assim o é, não havendo, portanto, elementos científicos bastante suficientes para que se subsidie a persecução penal, neste caso então, não se faz a utilização desse contrato. A CBF, portanto, não mantém contrato com a Good Game! ou com qualquer outra empresa que utilize esse padrão de utilização e análise de comportamento de atletas.

Acho que atendi... Deixa eu ver...

Qual a relação da CBF com o STJD?

O STJD executa a atuação jurisdicional desportiva. Isso tem matriz constitucional. É a Constituição Federal, no art. 217, que consigna a previsão, e depois veio a Lei Pelé... Quer dizer, atualmente, a Lei Pelé foi que regulamentou a Justiça desportiva e o faz atribuindo ao STJD a autonomia de sua atuação.

Então, a CBF, no âmbito do STJD, tem como competência... Só para V. Exas. terem conhecimento: o STJD é formado – o Senador Portinho bem o sabe, atuante como foi, de longa data no STJD –, é composto por nove auditores, dos quais dois são indicados pela CBF, dois são indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, dois são indicados pela representação dos atletas e dois são indicados pela representação... Um é indicado pela representação dos árbitros.

Então são nove: são dois, quatro... atletas, clubes... Atletas, clubes, CBF, OAB, cada um desses indica dois, e a representação dos árbitros, que indica um. Então a participação da CBF é nessa indicação. A partir daí, o desenvolvimento da atividade judicante desportiva é exclusivamente daquele tribunal.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há, portanto, neste caso, qualquer tipo de interferência na execução dessa atuação jurisdicional do STJD. De modo que, a partir do momento que constituído e apresentadas as representações, não há mais qualquer tipo de interferência da CBF no trato dos procedimentos desportivos em tramitação naquele tribunal.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só fazer um adendo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Carlos Portinho. Depois, iremos para as respostas do Sr. Wilson Seneme às perguntas feitas pelo Senador Eduardo Girão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para deixar claro, no caso *leading case*, o caso que liderou, o caso Dodô, foi discutida essa questão: se o STJD seria um tribunal autônomo e independente, porque, se fosse autônomo e independente, não caberia recurso à Corte Arbitral do Esporte. Foi a tese, inclusive, que eu defendi com base na Constituição, da sua autonomia. E a Corte Arbitral do Esporte bem entendeu – e eu tenho que me conformar, a decisão está dada e faz jurisprudência – que o STJD tem autonomia nas suas decisões, como disse, como órgão judicante nas suas decisões, mas ele é um órgão da CBF. É como a tripartição dos Poderes da República, que tem o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, o STJD seria o Judiciário da CBF. Então, ele é autônomo nas decisões, mas ele é um órgão da CBF.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Perfeito, Senador Portinho.

Pois não, Presidente da Comissão de Arbitragem da Confederação Brasileira de Futebol, Wilson Seneme, para as questões levantadas pelo Senador Eduardo Girão ao senhor.

O SR. WILSON LUIZ SENEME (Para expor.) – Obrigado, Presidente, Senador Jorge Kajuru.

Eu começo por uma das que me parece mais simples de ser respondida: algum árbitro apresentou a mim alguma queixa de proposta criminal? Não. Até hoje, como Presidente de Comissão de Arbitragem da CBF, nenhum árbitro me apresentou esse fato, o.k.?

Critérios de arbitragem envolvendo partidas importantes ou menos importantes. É muito importante aqui... Nós estamos falando de futebol, e uma partida nunca é igual a outra. O critério de, por exemplo, jogar a equipe primeira colocada contra a segunda colocada, ele tem um critério semelhante a equipes que estão em meio de tabela, mas ele tem uma visão diferenciada. Eu vou potencializar a qualificação dos árbitros para esse jogo em função da importância que ele tem. É como dizer que uma final da Copa do Mundo, nós desconsiderarmos que ela é um jogo menos importante ou mais importante do que a primeira fase da Copa do Mundo. Isso é esporte, isso é esportivo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, na seleção, quando a gente indicou aqui, e indica novamente, são levadas em consideração fases da competição, a importância e grau de complexidade de cada partida e a qualificação, o condicionamento físico e o desempenho técnico de cada árbitro. Isso é levado, sim, em consideração para as designações, não é?

E, portanto, não há nenhuma forma de discriminar árbitros quando nós buscamos, na verdade, dar aos clubes, com responsabilidade, a melhor qualidade possível. Capacitar é importante, seguir capacitando, não parar de treinar, não se cansar de parar de treinar... É a repetição que leva à melhora. Isso para todos os árbitros; aí, sim, isso tem que alcançar todos os árbitros. E a seleção natural entre eles – quem vai apitar qual jogo – se faz pelo rendimento, inclusive nos treinamentos. Esse é o processo de designações que é, na verdade, um segmento FIFA, Conmebol, CBF, que hoje a gente aplica e que é bastante importante.

As críticas em relação ao sistema de árbitro de vídeo. Entendo que muitas delas estão por falta de entendimento de como a ferramenta funciona. Acredito que precisamos – a FIFA, o protocolo da FIFA e as entidades que utilizam o sistema VAR – desenvolver a popularização do VAR. Campanhas, estratégias têm que ser criadas para que o VAR seja compreendido de uma melhor maneira.

A transparência – que já é uma outra pergunta aqui – é um caminho também. E a CBF, hoje, proporciona o maior grau de transparência que a FIFA permite, porque é um limitador... Eu não posso... Às vezes, eu tenho uma ideia, eu recebo alguma indicação, alguma boa ideia e eu não tenho autorização, eu não sou o dono do VAR. Eu tenho que realmente condicionar isso a uma aprovação superior, como qualquer coisa na vida é. Então, hoje, nós podemos garantir que, de todas as ferramentas que a FIFA autoriza, a CBF põe em prática todas elas.

Em relação a algum árbitro... Os árbitros... Os protocolos... Em caso, por exemplo, de um árbitro me informar que houve algum assédio, alguma situação e chegar isso a mim, como foi o caso que o senhor colocou aqui no começo, então, eu, da minha parte, Comissão de Arbitragem, vou integrar os outros departamentos, entre eles, a muito boa e recém-criada Unidade de Integridade, que, com certeza, vai disparar no âmbito civil as providências que têm que ser tomadas em relação ao Ministério Público. Esse é o protocolo, esse é o caminho das situações, se chegarem.

Em relação à capacitação dos árbitros para esse quesito, a Unidade de Integridade, o Departamento Jurídico, o Departamento de Competições, nas pré-temporadas dos árbitros, capacitam os árbitros para esses eventos específicos, como, por exemplo, foram citados os cuidados que um árbitro deve ter, porque ele não é uma pessoa comum. Por mais que ele queira ser uma pessoa comum, ele não o é. Eu vivi isso 20 anos. Você deixa de ser... quando você escolhe essa profissão, você tem que estar consciente do que você vai ter... das responsabilidades que você tem e as consequências que ela vai te trazer.

Então, um árbitro, mais do que nunca, hoje, com tudo que está havendo, para ele poder seguir nesse ambiente das casas de apostas, porque é um ambiente no qual nós temos vivido e vamos viver... E, se temos



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que conviver com ele, nós temos que nos preparar para conviver nesse ambiente que é novo, e nós estamos cada vez mais nos adaptando a isso. A capacitação, junto com a declaração de integridade, que eu citei anteriormente aqui, é fundamental para isso.

Gostaria, só como curiosidade... Uma das palestras, por exemplo, Kajuru, para conhecimento, uma das palestras que a gente incluiu hoje para os árbitros nas pré-temporadas foi de primeiros socorros, porque a gente viu que houve vários casos em que um jogador, por exemplo, estava enrolando a língua e até o médico chegar, isso poderia influenciar na vida ou morte dele. Hoje um árbitro sabe fazer uma massagem cardíaca. Hoje um árbitro sabe que tem que virar o rosto da pessoa e, se possível, tirar a língua de onde ela está. Ou seja, houve uma capacitação de bombeiros, do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, para os árbitros. E isso é importante, porque ele é a primeira pessoa que está ali. A primeira pessoa que identifica isso é o árbitro.

Acredito que toquei nos pontos que foram perguntados e a gente continua à disposição para o que for necessário.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – Uma pergunta breve, se eu puder, ao Hélio.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar.) – 'Esse contrato com a Sportradar é feito pela FIFA? Ou é a CBF que contrata diretamente?

O SR. HÉLIO SANTOS MENEZES JÚNIOR (Para expor.) – A Sportradar é contratada pela FIFA, Senador, e é também contratada pela Conmebol, para atuação naquelas partidas de futebol das competições por elas organizadas. Já em relação às partidas organizadas no Brasil, a contratação é direta da CBF com a Sportradar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O contrato que a CBF tem é o contrato *full*, porque a Sportradar tem dois modelos de contrato? Todos dois têm conteúdo, têm os alertas, mas o contrato *full* é o que dá mais detalhes, mais dados, inclusive, para auxiliar nas investigações, e a própria participação da Sportradar nos processos, como testemunha ou como for. É o contrato *full*?

O SR. HÉLIO SANTOS MENEZES JÚNIOR – Senador, não posso lhe precisar, infelizmente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, tudo bem.

O SR. HÉLIO SANTOS MENEZES JÚNIOR – Mas quero acreditar que sim.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A Federação do Rio de Janeiro, ao Rubens Lopes eu perguntei, e é o *full*. Mas a Sportradar vem aqui, não é, Kajuru? A gente vai remarcar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Vem, vem, já está até marcado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E aí eu vou até perguntar para o meu querido Presidente: como é que estão marcadas as reuniões agora?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Carol, por gentileza, as nossas próximas reuniões, publicamente. (*Pausa.*)

Dia 11, o Ministério Público de Goiás, que tanto você, inclusive, deseja ouvir.

Dia 18, a Sportradar... (*Pausa.*)

Que é aquela concorrente, a Genius, não é? Certo?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sportradar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – A Sportradar e a Genius, certo? E aí, depois, o Sr. Mansur. Perfeito?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Qual é a data dele?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É logo depois. (*Pausa.*)

Mas ele virá. Ele virá na semana seguinte, depois da Sportradar, de qualquer forma. Eu não vou permitir a demora mais, de forma alguma. Já demorou demais. Então, vamos deixar para depois da Sportradar, e aí...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senador Kajuru, eu estou satisfeito. Queria agradecer ao Hélio, queria agradecer ao Wilson Seneme e a todos os árbitros aqui.

Nossa arbitragem tem que ser valorizada. Nosso trabalho aqui é contribuir com a arbitragem, tentar tirar um pouco da pressão. A pressão está muito grande sobre a arbitragem, de tudo que é lado. Eu imagino o que deve ser entrar num campo para apitar uma partida que já tem a sua pressão natural.

Essas medidas e todo o nosso trabalho aqui, podem ter certeza, vão terminar em sugestões, como a gente fez naquela audiência pública, com a participação da CBF, do próprio Wilson Seneme, e foi muito produtivo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Kajuru, eu estou muito interessado na apresentação do Seneme, mas eu tenho um voo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Que horas é o teu voo?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tenho que estar no aeroporto às 2h da tarde e ainda tenho que passar em casa para pegar a mala. Eu tenho uma agenda no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Agora é 1h da tarde. Então, eu já vou terminar, e vamos para a sala. Pode ser?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Considerando, então, o grau de confidencialidade de alguns pontos da explanação do convidado Wilson Seneme, Presidente da Comissão de Arbitragem da CBF, notadamente a demonstração da tecnologia do VAR, proponho que a presente sessão seja transformada em secreta, a fim de se preservar o sigilo das informações. (*Pausa.*)

Desse modo, com a concordância do Plenário, transformo a presente sessão em secreta, solicitando aos Senadores membros desta CPI que se dirijam ao Plenário 19, em função de questões técnicas, onde já está instalada a tecnologia do VAR, que nos será apresentada.

Por enquanto, agradecidíssimo, e, depois desse nosso ato, estarei, com toda a nossa equipe de assessores e também com o Senador Portinho, à disposição da imprensa para quaisquer esclarecimentos. Agradecidíssimo por enquanto.

(Iniciada às 10 horas e 01 minutos, a reunião é suspensa às 13 horas e 02 minutos, tornada secreta às 13 horas e 06 minutos e encerrada às 13 horas e 33 minutos.)